

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE E DESENVOLVIMENTO  
REGIONAL  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA DE CAMPOS DOS GOYTACAZES**

**POLYANNA BARRETO APOLINÁRIO**

**UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA PARA A SISTEMATIZAÇÃO E  
ANÁLISE DA CONFLITIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE**

Campos dos Goytacazes-RJ

2018

POLYANNA BARRETO APOLINÁRIO

**UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA PARA A SISTEMATIZAÇÃO E  
ANÁLISE DA CONFLITIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Instituto de Desenvolvimento de Ciências da Sociedade da UFF no curso de Bacharelado em Geografia como requisito básico para a obtenção do título de bacharel em Geografia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Tatiana Tramontani Ramos

Campos dos Goytacazes - RJ

2018

POLYANNA BARRETO APOLINÁRIO

**UMA CONTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA PARA A SISTEMATIZAÇÃO E  
ANÁLISE DA CONFLITIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Bacharelado em Geografia do Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Geografia.

Aprovada em 13 de novembro de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Tatiana Tramontani Ramos (Orientadora) – Geografia/UFF-Campos

---

Prof. Dr. Marco Antônio Sampaio Malagoli – Geografia/UFF-Campos

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Érica Terezinha de Almeida Vieira – Serviço Social/UFF-Campos

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, por sua infinita bondade e graça.

A minha mãe e irmão, minha eterna gratidão pelo amor e parceria diária. Amo vocês.

Aos meus amigos por sempre motivarem e dar suporte, vocês são minha riqueza.

Agradeço também as amigadas que ao longo do curso foram sendo criadas, meu muito obrigada por estarem comigo em todos os momentos. Agradecimento especial para os meus amores Ameliana, Bruno, Sabrina e Glaucia, que fizeram e fazem os meus dias mais alegres.

Ao Bruno Balthazar, por estar sempre presente, pronto a oferecer abraço, incentivo, carinho e companheirismo.

A Tatiana Tramontani pela orientação, apoio teórico e emocional, encorajamento, incentivo, críticas construtivas, e reflexões, que foram fundamentais na construção desse trabalho.

Aos integrantes da banca examinadora Érica Almeida e Marco Malagoli, por aceitarem o convite para compartilhar desse momento tão importante em minha vida acadêmica.

Agradeço a Universidade Federal Fluminense e aos professores, que ao longo desses anos proporcionam acesso ao conhecimento e incontáveis lentes e filtros para olhar o mundo.

Fica aqui minha gratidão a Comissão Pastoral da Terra, por sua existência e resistência, por compartilhar o seu empenho em denunciar as diversas formas de violência no campo.

## RESUMO

Podemos afirmar que não existe relação social sem a presença de conflitos, e enquanto manifestação concreta das relações sociais, o conflito é um importante mecanismo para analisar a sociedade e a situação dos sujeitos nela inseridos. Na análise dos conflitos, é possível identificar o grau e a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas, a resposta dada pela sociedade referente às reivindicações feitas, e a intensidade com a qual estas atingem a sociedade, ou seja, revela a capacidade de ocupar um espaço, para que assim haja uma maior visibilidade e conseqüentemente maior concretude dos tensionamentos na sociedade. Na atualidade, com a fragilização/desmobilização das lutas coletivas, considera-se como uma estratégia o fortalecimento da organização do protagonismo, e por isso, faz-se necessário estudar os conflitos existentes, compreender sua gênese e historicidade, os sujeitos envolvidos, de modo que possamos visualizar a sua configuração sócio-espacial, elaborando um arcabouço teórico que contribua para o fortalecimento de processos de luta e resistência, em favor da desconstrução do discurso de criminalização dos movimentos sociais, visto que estes representam outras ordens sócio-espaciais que colocam em risco a existência da ordem hegemônica presente na sociedade. Portanto, fazer o registro, documentar, sistematizar e fazer a análise dos conflitos possibilita a apreensão do cerne da ação social, por expressar elementos estruturais e conjunturais a partir de um ou mais eventos. Dessa forma, objetivamos analisar a conflitividade sócio-espacial existente no Norte Fluminense, identificando os aspectos da dimensão espacial dos conflitos e seus atributos, a fim de buscarmos possíveis padrões de ocorrência dos conflitos e propor a investigação das possíveis lógicas conjunturais e estruturais que dão cabo desse padrão. Para tanto, foi realizada a sistematização e análise de dados secundários disponíveis na base de dados da Comissão Pastoral da Terra (Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – CPT). A escolha da base de dados da Comissão Pastoral da Terra justifica-se pelo fato desta organização trabalhar com a temática de conflitos desde 1975, possibilitando uma melhor interlocução entre o conhecimento científico-acadêmico com as entidades que atuam diretamente no campo de lutas. Essa metodologia teve por finalidade a identificação de possíveis padrões de conflitividade e/ou proposta de tipologias de análise que permitam uma interpretação mais aprofundada do histórico de conflitos sociais no Norte Fluminense, em outras palavras, trata-se de uma contribuição de caráter teórico-metodológico.

**Palavras-chave:** Conflito, Geograficidade, Norte Fluminense.

## ABSTRACT

We can affirm that there is no social relation without the presence of conflicts, and as a concrete manifestation of social relations, conflict is an important mechanism to analyze the society and the situation of the subjects in it. In the analysis of conflicts, it is possible to identify the degree and capacity of articulation and mobilization of the protagonists, the response given by society regarding the demands made, and the intensity with which they affect society, that is, it reveals the capacity to occupy a space, so that there is greater visibility and consequently greater concreteness of tensions in society. Nowadays, with the weakening / demobilization of collective struggles, it is considered as a strategy the strengthening of the organization of the protagonism, and for that reason, it is necessary to study the existing conflicts, to understand their genesis and historicity, the subjects involved, so that we can visualize their socio-spatial configuration, elaborating a theoretical framework that contributes to the strengthening of processes of struggle and resistance, in favor of the deconstruction of the discourse of criminalization of social movements, since these represent other socio-spatial orders that put in existence of the hegemonic order present in society. Therefore, recording, documenting, systematizing and analyzing conflicts makes it possible to apprehend the heart of social action by expressing structural and conjunctural elements from one or more events. In this way, we aim to analyze the socio-spatial conflicts existing in the Northern Fluminense, identifying the aspects of the spatial dimension of the conflicts and their attributes, in order to search for possible patterns of conflicts and propose the investigation of possible conjunctural and structural logics that lead of this standard. In order to do so, the systematization and analysis of secondary data were carried out in the database of the Pastoral Land Commission (Datacpt - Database of Conflicts in the Field - CPT). The selection of the Pastoral Land Commission database is justified by the fact that this organization has been working on the issue of conflicts since 1975, enabling a better dialogue between scientific-academic knowledge and entities that work directly in the field of struggles. The purpose of this methodology was to identify possible patterns of conflict and / or propose typologies of analysis that allow a more in-depth interpretation of the history of social conflicts in the North of the state, in other words, it is a theoretical and methodological contribution.

**Keywords:** Conflict, Geography, Northern Fluminense.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Conflitos Trabalhistas (1988-2017).....	30
Gráfico 2 - Espacialização dos conflitos trabalhistas no Norte Fluminense ....	38
Gráfico 3 – Tipo de conflito trabalhista .....	39
Gráfico 4 – Pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas.....	39
Gráfico 5 - Violência contra pessoa (1985-2017) .....	41
Gráfico 6 – Municípios em que ocorreram manifestações (2000-2017) .....	43
Gráfico 7 – Tipo de conflito da manifestação .....	44
Gráfico 8 – Organizadores das manifestações.....	45
Gráfico 9 - Conflito por terra (1996 - 2017) .....	54
Gráfico 10 - Conflitos por terra nos diferentes governos .....	56
Gráfico 11 - Número de Conflitos por Terra no Norte Fluminense (1996 a 2017) .....	57
Gráfico 12 - Ocupações (1991 - 2017) .....	59
Gráfico 13 - Organização da Ocupação .....	61
Gráfico 14 - Número de famílias - Ocupações .....	61
Gráfico 15 - Número de famílias - Acampamentos.....	62
Gráfico 16 - Conflitos por terra 1996-2007 .....	63
Gráfico 17 - Número de Conflitos por Terra no Norte Fluminense (1996 a 2007) .....	64
Gráfico 18 - Área conflitiva (1997 a 2007) .....	64
Gráfico 19 - Área Conflitiva Norte Fluminense (1996-2007).....	65
Gráfico 20 - Número de famílias envolvidas em conflito por terra (1996 - 2007) .....	66

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Tabelas disponibilizadas pela CPT .....	22
Tabela 2 - Categorias utilizadas pela CPT e suas definições.....	23

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região Norte Fluminense .....	11
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS

CPT	Comissão Pastoral da Terra
MST	Movimento dos Trabalhadores Sem Terra
PT	Partido dos Trabalhadores
FHC	Fernando Henrique Cardoso

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CONFLITIVIDADE SÓCIO-ESPACIAL .....	14
Comissão Pastoral da Terra e a contribuição na sistematização dos conflitos .....	21
Sistematização de dados pela CPT .....	22
CAPÍTULO 2 - CONFLITOS NO RIO DE JANEIRO: MAPEAMENTO DA CONFLITIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE .....	29
Conflitos no Norte Fluminense .....	30
CAPÍTULO 3 - “NÃO VIM ATÉ AQUI PARA DESISTIR AGORA”: RESISTÊNCIA E LUTA POR TERRA .....	47
Um retrato, 11 anos de lutas: a espacialização dos conflitos de 1996 a 2007 no Norte Fluminense .....	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	68

## INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que não existe relação social sem a presença de conflitos e, enquanto manifestação concreta das relações sociais, o conflito é um importante mecanismo para analisar a sociedade e o posicionamento dos sujeitos nela inseridos.

Na análise dos conflitos, é possível identificar o grau e a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas, a resposta dada pela sociedade referente às reivindicações feitas, e a intensidade com a qual estas atingem a sociedade, ou seja, revela a capacidade de ocupar um espaço, para que assim haja uma maior visibilidade e conseqüentemente maior concretude dos tensionamentos na sociedade.

Na atualidade, com a fragilização/desmobilização das lutas coletivas, considera-se como uma estratégia o fortalecimento da organização do protagonismo, e por isso, faz-se necessário estudar os conflitos existentes, compreender sua gênese e historicidade, os sujeitos envolvidos, de modo que possamos visualizar a sua configuração sócio-espacial, elaborando um arcabouço teórico que contribua para o fortalecimento de processos de luta e resistência, em favor da desconstrução do discurso de criminalização dos movimentos sociais, visto que estes representam outras ordens sócio-espaciais que colocam em risco a existência da ordem hegemônica presente na sociedade.

Portanto, fazer o registro, documentar, sistematizar e fazer a análise dos conflitos possibilita a apreensão do cerne da ação social, por expressar elementos estruturais e conjunturais a partir de um ou mais eventos.

O presente trabalho consiste, portanto, em uma sistematização e análise de dados secundários disponíveis na base de dados da Comissão Pastoral da Terra (Datacpt – Banco de Dados dos Conflitos no Campo – CPT) de caráter introdutório e que tem por finalidade a identificação de possíveis padrões de conflitividade e/ou proposta de tipologias de análise que permitam uma interpretação mais aprofundada do histórico de conflitos sociais no Norte Fluminense (Figura 1). Em outras palavras, trata-se de uma contribuição de caráter metodológico.

A escolha da base de dados da Comissão Pastoral da Terra justifica-se pelo fato desta organização trabalhar com a temática de conflitos desde 1975, possibilitando uma melhor interlocução entre o conhecimento científico-acadêmico com as entidades que atuam diretamente no campo de lutas.

**Figura 1 - Região Norte Fluminense**



Fonte: IBGE, 2010<sup>1</sup>.

A partir dos perfis e padrões identificados, propomos analisar à luz da teoria social crítica e da conflitividade, contextos histórico-geográficos marcantes e cortes estruturais da formação territorial brasileira.

Assim, o trabalho ora apresentado tem como preocupação central compreender e analisar a conflitividade sócio-espacial no Norte Fluminense, buscando identificar suas principais características e ocorrências. O interesse por essa temática surge durante a graduação e participação de Projeto de Pesquisa que abordava os conflitos em Megaeventos. Assim, foi iniciada uma pesquisa bibliográfica exploratória a respeito dos conflitos sócio-espaciais, do protagonismo popular, considerando os aspectos estruturais e conjunturais.

<sup>1</sup> Disponível em: <<http://www.porlatierra.org/casos/82/georeferencial>>.

Por meio de posicionamento comprometido com a possibilidade de elaboração de um arcabouço teórico que contribua para o fortalecimento de processos de luta e resistência, tentamos contribuir para a desconstrução do discurso de criminalização dos movimentos sociais, visto que estes representam outras ordens sócio-espaciais que questionam a existência da ordem hegemônica presente na sociedade.

Enquanto subsídio metodológico para construção desse trabalho, realizamos levantamento bibliográfico sobre a temática, consultando autores como Porto-Gonçalves (2006), Ramos (2016) e Souza (2008), entre outros, para uma aproximação com a temática.

Posteriormente foi feito um levantamento de dados na página eletrônica da Comissão Pastoral da Terra, que possui vasta documentação de conflitos. Para tanto, utilizamos os Cadernos de Conflitos no Campo Brasil que começaram a ser publicados em 1985 e que consistem em um relatório produzido anualmente, contendo os registros das ocorrências de conflito e de violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra em escala nacional. Dessa forma, propomos realizar a sistematização de dados nacionais dos conflitos, extraindo do recorte do estado do Rio de Janeiro apenas aqueles conflitos relatados como pertencentes ao Norte Fluminense no período de 1985 a 2017.

Cabe destacar que a sistematização e classificação se darão por meio dos atributos a serem investigados em relação aos conflitos, como:

- Registro da sua localização;
- Data;
- Tipo de conflito (por terra, trabalhista etc.);
- Protagonista;
- Antagonista;
- Motivo/objetivo do conflito;
- Número de pessoas/famílias envolvidas;
- Formas de manifestações;
- Organização envolvida e,
- Área/hectares conflitivos.

Após o levantamento documental e das informações analisadas e sistematizadas, esperamos subsidiar a análise espacial dos conflitos, por meio de mapas, tabelas, gráficos entre outros. Cada conflito será arquivado em uma base de dados que possibilitará várias formas de análise da dinâmica dos conflitos na região, bem como a sua espacialização no Norte Fluminense.

Pretendemos, também, tentar estabelecer alguns nexos entre os atributos sistematizados que permitam pensar padrões, tipologias, ou pelo menos indicadores comparativos de conflitividade no Norte Fluminense.

## **CAPÍTULO 1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS ACERCA DA CONFLITIVIDADE SÓCIO-ESPACIAL**

Devido à recente aproximação no estudo do tema, consideramos importante o levantamento teórico para melhor compreensão deste, trazendo assim uma discussão introdutória acerca da conflitividade sócio-espacial no Norte Fluminense.

Ao iniciarmos a discussão proposta, é importante destacar a contribuição de Porto-Gonçalves (2003) no que tange a indicação da necessidade de haver um diálogo entre a Geografia e as demais ciências, objetivando a superação da divisão do trabalho científico, com o intuito de apoiar a luta contra as contradições existentes na sociedade contemporânea. O referido autor afirma que o fato de não haver o diálogo acima citado acarreta, entre outras coisas, em “não considerarmos devidamente a geograficidade do social” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.8). Para romper com essa prática, é necessário que se considere o espaço geográfico como dimensão constitutiva do social, e para tanto, é importante o esforço “para recuperar a natureza e o espaço geográfico na análise social”, evitando qualquer tipo de redução naturalista. Dessa forma, compreendemos que “o espaço geográfico é constituído pela relação que os diferentes seres estabelecem entre si na sua materialidade” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p.9), sendo também uma criação social, que é sempre apropriada de acordo com a correlação de forças existentes na sociedade.

Outro ponto destacado por Porto-Gonçalves (2003) no que concerne a recuperação do diálogo entre a Geografia e as ciências sociais, é a consideração do espaço geográfico e a natureza na análise social, na caracterização do sistema-mundo moderno colonial (I. Wallerstein, A. Quijano, W. Mignolo, entre outros) além do papel da natureza na sua constituição. Cabe pontuar que o sistema-mundo se refere a um sistema, onde há conflitos e tensões entre grupos que se articulam para remodelação deste.

Ao nos referirmos a conflito, o consideramos enquanto parte integrante das relações sociais e de poder, podendo ser definido como enfrentamento de duas ou mais partes, possibilitando compreender as tensões e contradições existentes da organização espacial, política e social da sociedade. Destacamos que as relações sociais e o espaço são dimensões concretas que possuem

interdependência, ou seja, as relações sociais produzem o espaço e nele se reproduzem. No que tange o conflito, podemos afirmar que não existe relação social sem a presença de conflitos, sendo este importante mecanismo para analisar a sociedade e o posicionamento dos sujeitos nela inseridos.

Para Souza (1989, p.140)

o Espaço não é um palco "neutro" em situação alguma, e sua materialidade - como, de resto, qualquer materialidade - exerce um certo condicionamento sobre os atores sociais, configurando uma dialética; não obstante, esse condicionamento relativo varia, em natureza e intensidade, conforme o tipo de relação social.

Como já sinalizado, o conflito ocorre no âmbito espacial, e é por esse motivo que se faz necessário analisá-lo levando em consideração a sua geograficidade, visto que os conflitos existem essencialmente no espaço. Ou seja, independente da natureza social e geográfica de um conflito, é preciso que este esteja inscrito no espaço. A inscrição do conflito no espaço implica em criação de estratégias espaciais que dependem da organização, objetivos, capacidade de articulação política e de ocupar um espaço, dando maior visibilidade e concretude as tensões na sociedade.

De acordo com Ramos (2003, p.5), “enquanto o conflito é a manifestação concreta, empírica, das contradições em ato, a conflitividade nos remeteria às suas condições de possibilidade”, e as mudanças que ocorrem no âmbito das relações sociais e de poder “têm nos conflitos sociais sua expressão privilegiada e, por meio deles, novas (co) relações de forças se instauram configurando *novos padrões de conflitividade* no contexto de uma dada formação social”. (RAMOS, 2003, p.5).

Em relação ao que a cima foi dito, Porto-Gonçalves (2003, p.19) afirma que “a conflitividade se revelaria, assim, rica de possibilidades teóricas e, porque não dizer, políticas. É nela que as bifurcações possíveis se tornam reais ou não”. Ramos (2016, p. 9) pontua que a “capacidade de se articular, construir mediações e alianças é uma qualidade crucial para que as ações e objetivos do movimento social sejam alcançadas”. Dessa forma, os conflitos sinalizam a capacidade de articulação e mobilização dos protagonistas, a

resposta dada pela sociedade referente às reivindicações feitas, e a intensidade com a qual estas atingem a sociedade.

Cabe ressaltar que, para analisar os conflitos sociais, é preciso considerarmos os seguintes atributos destacados por Rodrigues (2015, p.249)

- 1) Os protagonistas: quem são aqueles que estão se colocando em movimento? O que pensam sobre si e sobre o mundo em que vivem? Quais as identidades produzidas (culturais, étnicas, políticas, espaciais etc.), qual a sua base social, sua formação enquanto classe?
- 2) Os motivos e objetivos – remetem às causas pelas quais as pessoas estão se mobilizando, seus objetivos e interesses. O que coloca as pessoas em movimento? Quais são as condições objetivas e subjetivas que mobilizam uma determinada coletividade? Quais são seus objetivos e projetos?
- 3) As formas de organização – como determinado ativismo se organiza, como ele se estrutura para alcançar seus objetivos.
- 4) Os tipos de manifestações e estratégias de ação – são as práticas, ações e estratégias desenvolvidas pelos ativismos para alcançar seus objetivos. Quais as estratégias espaciais utilizadas pelos protagonistas?
- 5) As escalas – possuem um duplo aspecto, de extensão, quando informa a área de abrangência e/ou ação de um ativismo, e de qualidade, que se refere à capacidade de articulação política e econômica e seu horizonte de luta política.

É importante sinalizar ainda, que “protagonista é aquele que busca o princípio da ação, que toma a iniciativa, que se coloca explicitamente como produtor de vida, logo, de espaço e tempo, geografia e história”, além de ser “o centro de onde se iniciam as práticas e ações sociais”. De acordo com Ramos (2016, p.3-4) “uma vez que nas sociedades humanas existem inúmeros protagonistas, existem inúmeros centros de onde partem iniciativas que entram em relação umas com as outras constituindo uma gigantesca e infinita rede ou teia de relações sociais”.

A partir dessa análise, é possível identificar as formas de manifestação de resistência e organização dos sujeitos, que ao construírem identidades coletivas e compartilharem de um mesmo interesse, se organizam e constroem estratégias de luta, colocando em destaque o protagonismo social. Cabe destacar que todo processo sócio-espacial é desenvolvido em uma dada escala, seja ela local, regional, nacional ou global etc. e a escolha da escala do

espaço a ser apropriado pelos protagonistas sociais é algo relevante para a eficácia da ação coletiva. Não podemos deixar de mencionar também, que a escala não se restringe apenas a área em que determinado conflito ocorre, mas indica a sua importância política, econômica e cultural.

Segundo Santos (2006, p.51)

As ações são cada vez mais estranhas aos fins próprios do homem e do lugar. Daí a necessidade de operar uma distinção entre a escala de realização das ações e a escala do seu comando. Essa distinção se torna fundamental no mundo de hoje: muitas das ações que se exercem num lugar são o produto de necessidades alheias, de funções cuja geração é distante e das quais apenas a resposta é localizada naquele ponto preciso da superfície da Terra.

Além disso, Santos (2006) deixa claro que a noção de escala pode ser aplicada aos eventos de duas formas: a primeira seria referente a sua escala de origem, e a segunda acepção trataria da escala do impacto, da realização do evento propriamente dito. O autor ainda pontua que a escala de origem tem

como base a origem do evento, sua causa eficiente, cuja incidência se faz, ao mesmo tempo, em diversos lugares, próximos ou longínquos. Trata-se, aqui, de eventos solidários, mas não superpostos: sua ligação vem do movimento de uma totalidade superior à do lugar em que se instalam. O outro tipo de solidariedade tem como base o lugar da objetivação do evento, sua própria geografização. Aqui os diversos eventos concomitantes são solidários porque estão superpostos, ocorrendo numa área comum. No primeiro caso, temos a escala das forças operantes e no segundo temos a área de ocorrência, a escala do fenómeno. Aliás, a palavra *escala* deveria ser reservada a essa área de ocorrência e é nesse sentido que se pode dizer que a escala é um dado temporal e não propriamente espacial; ou, ainda melhor, que a escala varia com o tempo, já que a área de ocorrência é dada pela extensão dos eventos. (SANTOS, 2006, p.99).

Dessa forma, podemos observar que existem ações que são capazes de ter efeitos “de abrangência mundial, no sentido de que, num dado momento, sua eficácia se faz sentir além dos níveis local, regional ou nacional, interessando pontos numerosos situados em diversos países e continentes” (SANTOS, 2003, p.100).

A esse respeito, Ramos (2016, p.10) destaca a escala como mecanismo que nos permite refletir sobre o processo de formação e constituição dos movimentos sociais, visto que ao falarmos de “formas de organização e mobilização de determinada parcela da população que tem como objetivo algum grau de transformação da sociedade instituída, devemos apreender e identificar as escalas que nos permitem fazer a análise deste movimento”.

Além disso, para Ramos (2003, p.31) as formas de organização “são uma parte constitutiva fundamental dos protagonistas para identificarmos as possibilidades, potencialidades, limites e contradições entre o discurso e os objetivos e as práticas efetivas que constituem um movimento social”. Por esse motivo, fazer a “análise das formas de organização é um importante elemento para se apreender a dinâmica da construção e reprodução de um movimento social”.

Acreditamos que é a partir da manifestação, que os protagonistas se tornam públicos e se apresentam para o conflito, que evidentemente terá desdobramentos e de forma alguma se encerra no momento da manifestação (RAMOS, 2003).

Em continuidade às considerações iniciais acerca da conflitividade sócio-espacial, é importante mencionarmos alguns aspectos sobre os movimentos sociais e ativismos sociais. Para Porto-Gonçalves (2003, p.20) os movimentos sociais são portadores

em algum grau, de uma nova ordem que, como tal, pressupõe novas posições, novas relações, sempre socialmente instituídas, entre lugares. É por isso que o pensamento conservador, isto é, aquele que quer conservar a ordem social, chama os movimentos sociais de desordeiros, procurando assimilar a contestação da ordem que querem manter (da sua ordem) à desordem. Frequentemente chama-se de baderneiros aqueles que se movimentam buscando outras relações dos homens e mulheres entre si por meio das coisas.

Corroborando o que acima foi dito, concordamos com Ramos (2003, p.31) quando afirma que “a forma pela qual se constrói um movimento social é tão importante quanto seus objetivos, pois é na própria construção que são desenvolvidas as potencialidades transformadoras dos seus protagonistas”.

Em relação aos movimentos sociais Souza (2006, p.278) afirma que estes “seriam uma modalidade especialmente crítica e ambiciosa de ativismo

social, distinta de ativismos ‘paroquiais’”. Nestes, há o encaminhamento de reivindicações pontuais, sem uma devida articulação escalar, bem como sem interlocução com a conjuntura.

Ao abordar sobre os ativismos, Souza (2006, p.278) pondera que estes são

ações públicas organizadas e relativamente duradouras, diferenciam-se de ações coletivas efêmeras e pouco organizadas ou desorganizadas, como quebra-quebras (‘vandalismo de protesto’), saques e outras; e, como ações públicas, em sentido forte, diferenciam-se tanto da criminalidade ordinária (mesmo organizada) e de organizações terroristas, quanto de grupos de pressão e lobbies em sentido restrito, que tendem a atuar nos ‘corredores do poder estatal’, pressionando parlamentares ou administradores públicos e articulando tráfico de influência, entre outras atividades que não são propriamente públicas.

Acerca disso, Ramos (2016) destaca que não se deve subestimar ou desvalorizar as ações engendradas na sociedade que não são ativismos ou movimentos sociais, visto que estas ações permitem sinalizar os conflitos existentes na sociedade, pois são

práticas que demonstram e exprimem sentimentos não verbalizados ou sistematizados de revolta, dor, de percepção das desigualdades e injustiças; significam formas de se colocar em movimento para garantir determinadas conquistas ou direitos imediatos extremamente necessários à vida cotidiana, mas que não colocam em evidência a sociedade instituída. Estas práticas indicam que existem diversas *conflitividades sócio-espaciais*, que se expressam através dos conflitos. (RAMOS, 2016, p.3).

Além disso, Souza destaca que os conflitos têm no espaço a sua causa de existência, em sentido forte, ou fraco (SOUZA, 2006), ou seja, visualiza que os ativismos urbanos em sentido forte e em sentido fraco podem desdobrar-se e apresentar-se como movimentos propriamente ditos ou não, sendo estes de quatro tipos:

1) ‘Mero’ ativismo urbano em sentido fraco (por exemplo, um sindicato operário afinado com o estilo do ‘sindicalismo de resultados’, desinteressado de ou não sintonizado com uma crítica social ampla).

- 2) 'Mero' ativismo urbano em sentido forte (por exemplo, uma associação de moradores completamente paroquial e refém do clientelismo).
- 3) Movimento social urbano em sentido fraco (por exemplo, um movimento organizado em torno da resistência contra a globalização capitalista, seus pressupostos e seus efeitos).
- 4) Movimento social urbano em sentido forte (por exemplo, um squatting movement capaz de costurar diferentes questões, politizando amplamente a problemática da ocupação de imóveis mantidos vazios por razões especulativas e lutando para humanizar o espaço urbano e desenvolver um novo tipo de vínculo entre os moradores e seus espaços residenciais).". (SOUZA, 2006, p.281)

É necessário frisar que nem todo conflito se origina da ação de um ativismo e, menos ainda, de um movimento social, mas pode estar relacionado puramente à uma ação direta de seus protagonistas. Há no conflito, portanto, o gérmen para a organização política de um ativismo, ou de um movimento social, mas esta relação causa-consequência não está determinada a acontecer.

Desse modo, a maior ou menor sensibilidade espacial, imaginação espacial e, principalmente a apropriação tática e estratégica do espaço, tendo nele um trunfo e um horizonte de luta na transformação do status quo, é o que diferencia os "fortes" dos "fracos". Por esse motivo, é importante analisarmos os conflitos, visto que os embates advindos deste nos permite analisar a formação de uma dada sociedade e a constituição desta enquanto espaço. Pois como é analisado por Lefebvre,

um grupo, uma classe ou uma fração de classe, só constitui-se e reconhece-se como sujeitos produzindo espaço. Os ideais, as representações, os valores que não conseguem inscrever-se no espaço, produzindo uma morfologia apropriada, dessecam-se em signos, resolvem-se em narrações abstratas, transformam-se em fantasmas. O investimento espacial, a produção do espaço, isso não é um incidente de percurso, mas uma questão de vida e de morte" (LEFEBVRE, 1974, p. 478-479 apud MARTIN, 2002 p.18).

O espaço é então "cada vez mais ativo, tanto como instrumento quanto como objetivo, como meio e como fim. É assim que ele se torna o trunfo principal das lutas e das ações apontando um objetivo, e o porquê de ele suscitar sempre a contestação" (LEFEBVRE, 1974, p. 478-479 apud MARTIN, 2002 p.18).

É a partir da manifestação que os protagonistas se tornam públicos, se apresentam para o conflito e, assim, buscam a visibilidade para que o sentido daquela luta se torne pública e conhecida pela sociedade.

Portanto, é necessário incorporar à análise geográfica a dimensão espacial dos conflitos sociais e seu viés político, destacando a escala em que se manifestam, a ordem espacial que afeta e que é afetado, além de destacar os lugares em que ele ocorre.

### **Comissão Pastoral da Terra e a contribuição na sistematização dos conflitos**

Cabe destacar que a sistematização realizada até então é um importante instrumento na visibilidade e investigação da conflitividade sócio-espacial em âmbito nacional, possibilitando refletir e apoiar os processos de luta e resistência do acesso a terra, recursos, direitos trabalhistas etc., visto que

[a] Comissão Pastoral da Terra (CPT), desde a sua criação em 1975, se defronta com os conflitos no campo e o grave problema da violência contra o que se convencionou nomear como trabalhadores e trabalhadoras da terra, termo que engloba as mais diferentes e diversas categorias de camponeses, indígenas, assalariados rurais, comunidades tradicionais e pescadores artesanais que vivem em espaços rurais e têm no uso da terra e da água seu sistema de sobrevivência e dignidade humana. Desde o início também se faz o levantamento de dados sobre as lutas de resistência pela terra, pela defesa e conquista de direitos, e denuncia a violência por eles sofrida, por diversos meios, sobretudo através do seu Boletim (CADERNO DE CONFLITOS, 2016, p. 12).

A partir de 1985 a CPT “começou a publicar um relatório anual intitulado Conflitos no Campo Brasil, com os registros das ocorrências de conflito e de violência sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras da terra” (Caderno de Conflitos, 2016, p. 12).

É necessário destacar que até 1988 todos os registros eram realizados manualmente, e no ano citado, foi criado um banco de dados no qual foram registrados os conflitos até 1999. A partir disso,

[a] CPT tornou-se a única entidade a realizar tão ampla pesquisa sobre os conflitos no campo em âmbito nacional. Com este trabalho formou um dos mais importantes acervos documentais sobre as lutas pela terra e formas de resistência dos camponeses, bem como sobre a defesa e conquista de direitos, que serve como fonte de seu banco de dados. Os documentos se referem a conflitos ocorridos desde os anos de 1960. Ao iniciar a digitalização em 2008, a CPT priorizou aqueles referentes a conflitos já sistematizados em seus bancos de dados, ocorridos de 1985 a 2007. Enquanto aqueles referentes aos conflitos ocorridos entre 1960 a 1985 (antes do banco de dados) foram identificados, organizados em ordem cronológica e digitalizados sem sistematizar (Caderno de Conflitos, 2016, p.12).

### Sistematização de dados pela CPT

Os Cadernos de Conflitos produzidos anualmente pela CPT possuem a sistematização de dados por meio de tabelas, estas sinalizam as áreas em conflito, ocorrências de conflitos, ocupações/retomadas e acampamentos etc. No quadro 1, é apresentada uma síntese das principais sistematizações a serem utilizadas nesse trabalho, contendo o nome e os dados disponibilizados.

**Tabela 1 – Tabelas disponibilizadas pela CPT**

Nome da Tabela	Dados disponibilizados
<b>Áreas em conflito</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- nome do imóvel,</li> <li>- número de famílias envolvidas</li> <li>- área em hectares.</li> <li>- Apresenta as situações ou lugares dos litígios.</li> </ul>
<b>Ocorrências de conflito</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- número de vezes que aconteceram ações de violência contra as famílias.</li> <li>- tipo de propriedade e sua respectiva situação jurídica,</li> <li>- o número de famílias vítimas de despejo – quando há retirada das famílias via mandado judicial;</li> <li>- o número de famílias vítimas de expulsão - quando a retirada das famílias se dá por ação privada;</li> <li>- famílias com bens destruídos e outras violências sofridas</li> </ul>
<b>Ocupações*/</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- ações coletivas das famílias, que reconquistam seus</li> </ul>

<b>Retomadas</b>	territórios.
<b>Acampamentos**</b>	- registra apenas o ato de acampar do respectivo ano.
<b>Violência contra Ocupação e a Posse</b>	- contém a soma das ocorrências dos Conflitos por Terra, Ocupações e Acampamentos por Estado.
<b>Trabalho</b>	Sintetiza os conflitos trabalhistas por Estado, com dois blocos de informações: 1. Trabalho Escravo e 2. Superexploração.
<b>Violência contra a Pessoa</b>	- número das ocorrências registradas em Terra, Água, Trabalho, - número de pessoas envolvidas - violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras: - assassinatos, tentativas de assassinato, mortos em consequência de conflitos, ameaçados de morte, torturados, presos e agredidos.
<b>Assassinatos, Tentativas de Assassinato, Ameaças de Morte</b>	- município, - nome do conflito, - data, - nome, - quantidade, - idade e - categoria da vítima.
<b>Manifestações</b>	Relatório síntese por Estado. Informa o número de ocorrências e a quantidade de manifestantes.

Fonte: Elaborado a partir da Metodologia do Caderno de Conflitos da CPT, 2016.

É importante aqui apresentar as categorias utilizadas pela CPT na sistematização das informações.

**Tabela 2 - Categorias utilizadas pela CPT e suas definições**

Categoria	Definição utilizada
<b>Conflitos</b>	- são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito

	<p>rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.</p>
<b>Conflitos por Terra</b>	<p>são ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra e pelo acesso aos recursos naturais, tais como: seringais, babaçuais ou castanhais, dentre outros (que garantam o direito ao extrativismo), quando envolvem posseiros, assentados, quilombolas, geraizeiros, indígenas, pequenos arrendatários, camponeses, ocupantes, sem-terra, seringueiros, camponeses de fundo de pasto, quebradeiras de coco babaçu, castanheiros, faxinalenses, etc.</p> <p>As ocupações e os acampamentos são também classificados na categoria de conflitos por terra.</p>
<b>Ocupações e ou retomadas</b>	<p>são ações coletivas das famílias sem-terra, que por meio da entrada em imóveis rurais, reivindicam terras que não cumprem a função social, ou ações coletivas de indígenas e quilombolas que reconquistam seus territórios, diante da demora do Estado no processo de demarcação das áreas que lhe são asseguradas por direito.</p>
<b>Acampamentos</b>	<p>são espaços de luta e formação, fruto de ações coletivas, localizados no campo ou na cidade, onde as famílias sem-terra organizadas, reivindicam assentamentos. Em nossa pesquisa registra-se somente o ato de acampar.</p>
<b>Conflitos Trabalhistas</b>	<p>compreendem os casos em que a relação trabalho X capital indica a existência de trabalho escravo, superexploração.</p> <p>- <b>TRABALHO ESCRAVO</b>: submeter alguém a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, ou por sujeitá-lo a</p>

	<p>condições degradantes de trabalho, ou quando se restringe, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto, ou quando se cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho ou quando se mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.</p> <p>- <b>SUPEREXPLORAÇÃO</b><sup>2</sup>: acontecem na esfera salarial e dizem respeito às ocorrências em que as horas de trabalho não pagas excedem a taxa normal de exploração do trabalho. Geralmente estes casos estão ligados a precárias condições de trabalho e moradia.</p>
<b>Conflitos pela Água</b> <sup>3</sup>	<p>são ações de resistência, em geral coletivas, que visam garantir o uso e a preservação das águas; contra a apropriação privada dos recursos hídricos, contra a cobrança do uso da água no campo, e de luta contra a construção de barragens e açudes. Este último envolve os atingidos por barragem, que lutam pelo seu território, do qual são expropriados.</p>
<b>Conflitos em Tempos de Seca</b>	<p>são ações coletivas que acontecem em áreas de estiagem prolongada e reivindicam condições básicas de sobrevivência e ou políticas de convivência com o semiárido.</p>
<b>Conflitos em Áreas de Garimpo</b>	<p>São ações de enfrentamento entre garimpeiros, empresas e o Estado.</p>
<b>Conflitos Sindicais</b>	<p>são ações de enfrentamento que buscam garantir o acompanhamento e a solidariedade do sindicato aos trabalhadores, contra as intervenções, as pressões de</p>

<sup>2</sup> Os casos de superexploração começam a ser sistematizados pela CPT no ano de 1998, o que acarreta na restrição de dados para expressar a realidade brasileira desse conflito. (Caderno de Conflitos, 1999).

<sup>3</sup> Começa a ser sistematizada pela CPT no ano de 2002.

	<p>grupos externos, ameaças e perseguições aos dirigentes e filiados.</p> <p>- Estes três últimos só são publicados quando é expressiva sua ocorrência ou quando o contexto em que se desenrolaram indicar a pertinência de uma análise a respeito. Além disso, são registradas as manifestações de luta e as diversas formas de violência praticadas contra os trabalhadores e trabalhadoras: assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões e outras.</p>
<b>Violência</b>	<p>entende-se o constrangimento e ou a destruição física ou moral exercidos sobre os trabalhadores e seus aliados. Esta violência está relacionada aos diferentes tipos de conflitos registrados e às manifestações dos movimentos sociais do campo.</p>
<b>Manifestações</b>	<p>ações coletivas dos trabalhadores e trabalhadoras da terra que protestam contra atos de violência sofrida ou de restrição de direitos, reivindicando diferentes políticas públicas e ou repudiam políticas governamentais ou exigem o cumprimento de acordos e promessas.</p>
<b>Famílias</b>	<p>O Centro de Documentação acolhe o conceito de família apresentado pelo IBGE em seu censo demográfico de 2010. “Família é conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar”. [...]. “Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD 1992, 1993,</p>

	1995, 1996)". (IBGE, 2010).
--	-----------------------------

Fonte: Elaborado com base na Metodologia dos Cadernos de Conflito no Campo CPT, 2016<sup>4</sup>.

Ao realizarmos a sistematização dos dados disponibilizados nos Cadernos de Conflitos nas categorias apresentadas na Tabela 2, foi possível observar que a forma de sistematização foi modificada ao longo dos anos, contendo, por exemplo, inserção de informações que antes não eram apresentadas, como conflitos por água, a superexploração nos conflitos trabalhistas, entre outros.

Ao iniciarmos o levantamento acerca dos dados referentes aos conflitos no Norte Fluminense, nos deparamos com o fato de que existiam algumas ausências de informação referentes a períodos isolados, ou alguns anos subsequentes. Este fato suscitou dúvidas quanto ao motivo dessas lacunas, que poderiam estar relacionadas à precariedade da coleta de informação e contatos com as fontes primárias, especialmente nas décadas iniciais do levantamento; ou poderiam remeter a erros e inconsistências de documentação. No entanto, notamos que a ausência de certas informações não invalidava a percepção de alguns padrões conflitivos e continuidades histórico-geográficas nos conflitos catalogados.

Dada a importância de dar conta da discussão sobre os conflitos no campo e garantir estratégias que permitissem superar os obstáculos que pudessem impedir a aproximação do retrato dos conflitos no Norte Fluminense, fomos buscar referências para a coleta e tratamento de dados em fontes documentais e sua problemática. Encontramos suporte nas pesquisas de Mauricio Abreu que remetem à existência de metodologias de trabalho com dados em série que permitem ao pesquisador “deduzir” a continuidade, ou a existência de determinados fatos/eventos com base na regularidade apresentada em outras séries históricas.

Dessa forma, com apoio do aporte metodológico de Abreu (2016) - que em seu estudo sobre os engenhos da capitania do Rio de Janeiro nos séculos

---

<sup>4</sup> Cabe destacar que os conceitos apresentados no Quadro 2, estão dispostos nos Cadernos de Conflitos a partir da publicação de 1999, quando é destacado como a CPT compreende os conflitos por terra e conflitos trabalhistas. Porém, é no Caderno de 2002, que os conceitos dispostos na tabela deste trabalho são introduzidos pela primeira vez, ressalva para os conceitos de violência que é incluído em 2007, e composição da família em 2015.

XVI e XVII, apresenta metodologia que auxiliou na recuperação do antigo mundo dos engenhos – pudemos elaborar algumas hipóteses no que tange a ocorrência de conflitos, como: a) a inexistência de dados sinalizando um determinado conflito, pode significar inicialmente que este não tenha ocorrido, não tenha sido denunciado, ou tenha deixado de existir ao longo dos anos e; b) considerar que a sequência de informações sobre um mesmo conflito em anos sucessivos revela a permanência da ocorrência do mesmo.

Dessa forma, iremos ao longo deste trabalho apresentar um retrato geral dos conflitos no Rio de Janeiro destacando a conflitividade no Norte Fluminense nesta escala de análise.

## **CAPÍTULO 2 - CONFLITOS NO RIO DE JANEIRO: MAPEAMENTO DA CONFLITIVIDADE NO NORTE FLUMINENSE**

Como mencionado anteriormente, neste capítulo objetivamos sistematizar os conflitos registrados pela CPT entre 1985 e 2017, apresentando um comparativo entre os conflitos ocorridos no Rio de Janeiro e a região Norte Fluminense. Para isso foi realizada inicialmente leitura dos dados disponibilizados nos Cadernos de Conflitos, que apresentam a ocorrência de diversos conflitos relacionados à luta pela terra, água, contra a violência, e conflitos trabalhistas no período mencionado, o que resulta em 32 anos de registros de conflitos no Brasil capazes de dar ênfase aos tensionamentos entre o grande capital e os movimentos sociais, bem como a desigual distribuição de poder entre eles, o que resulta em lutas que não são apenas por espaço, mas por território.

Na sequência, foi feita a sistematização dos dados referentes a conflitos que ocorreram no Rio de Janeiro, identificando principalmente o seu quantitativo, tipo de conflito, pessoas/famílias envolvidas e área conflitiva. o que permitiu que identificássemos entre os conflitos no Rio de Janeiro, aqueles que ocorreram no Norte Fluminense.

Cabe destacar que por haver uma ampla gama de informações, optamos por selecionar apenas alguns dados apresentados, onde se destacam: o nome do conflito (espaço em que ocorreu), pessoas/famílias envolvidas, município de ocorrência, tipo de conflito, e área conflitiva, bem como a violência contra pessoa (assassinato, tentativa de assassinato e ameaça de assassinato). Após o levantamento, leitura, coleta e sistematização de 32 anos de informações sobre os diversos conflitos ocorridos no Rio de Janeiro, analisamos qual seria a melhor forma de apresentar e relacionar esses dados entre si. Portanto, este trabalho ora apresentado, é uma construção que resulta da soma de todas as tentativas, dificuldades e possibilidades de análises realizadas para criar um retrato conflitivo do Norte Fluminense.

A seguir iremos apresentar dados referentes aos conflitos por água, conflitos trabalhistas, dados sobre a violência contra a pessoa (assassinatos, tentativas de assassinato, ameaçados de morte), e manifestações, para assim

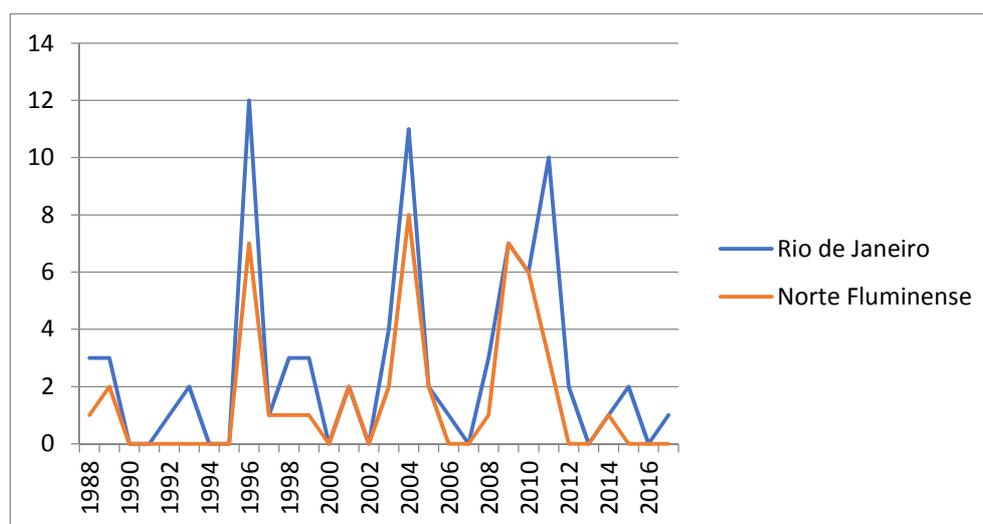
traçarmos um panorama conflitivo no Norte Fluminense em relação ao panorama do Rio de Janeiro.

### Conflitos no Norte Fluminense

Considerando que o primeiro conflito sistematizado no Norte Fluminense foi o conflito trabalhista, optamos por realizar algumas considerações e apontamentos sobre este. Após análise dos Cadernos de Conflitos da CPT, temos o registro de 89 conflitos trabalhistas, envolvendo um total de 38.001 pessoas no Estado do Rio de Janeiro no período de 1985 a 2017. Neste tipo de conflito, são registrados casos de superexploração, trabalho de menor, acidente de trabalho, conflitos por melhoria de trabalho, desrespeito trabalhista e trabalho escravo.

Apesar de algumas lacunas, ausência de dados e sistematização de ocorrência de conflitos trabalhistas em alguns anos, podemos aqui apontar, conforme Gráfico 1, um retrato do Norte Fluminense nesse cenário, visto que dos 89 conflitos ocorridos no Rio de Janeiro no período de 1988 a 2017, 50% referem-se a ocorrências no Norte Fluminense, envolvendo 9.957 trabalhadores.

**Gráfico 1 - Conflitos Trabalhistas (1988-2017)**



Fonte: Caderno de Conflitos 1988-2017.

Inicialmente, podemos destacar que, na análise dos dados disponibilizados nos Cadernos de Conflitos, notamos que na década de 1980 e início dos anos 90, há a evidência de ocorrência de conflito trabalhista em Campos dos Goytacazes, sendo o primeiro conflito referente ao Norte Fluminense relatado na Usina Santa Cruz; e em 1989 vemos sistematizados dois casos de trabalho escravo na mesma cidade, envolvendo 165 “peões de fazenda”, porém, sem identificação do local.

Posteriormente, somente em 1996 temos dados disponíveis sobre conflitos no Norte Fluminense, eventos esses que envolvem quatro municípios da região, totalizando 8 conflitos, sendo 5 destes em Campos dos Goytacazes, 1 em Carapebus, 1 em Cardoso Moreira e outro em Conceição de Macabu. O último se tratou de um conflito por terra e, os anteriores, conflitos trabalhistas, envolvendo aproximadamente 5.690 trabalhadores.

Cabe aqui destacar que um dos conflitos registrados no município de Campos dos Goytacazes, referente a Usina Santa Cruz, já possuía registro também em 1988. Nesta ocorrência mais recente, temos dados sobre o envolvimento de 1.793 pessoas em conflitos trabalhistas, informação que não consta no registro feito em 1988. Dessa forma, podemos afirmar que a hipótese de considerar uma sequência de informações sobre um mesmo conflito em anos sucessivos, pode sim, revelar a permanência da ocorrência do mesmo ao longo dos anos.

A partir do que foi apresentado acima, é preciso pontuar algo importante no que concerne à análise dos Cadernos de Conflitos, que é o intervalo de tempo em que não há registro de conflitos no Norte Fluminense, compreendido entre 1989 a 1996. Esse fato não significa, necessariamente, a ausência de ocorrência dos mesmos, mas provavelmente a falta de acesso dos agentes aos casos para coleta e sistematização de dados. Essa é uma das hipóteses, conforme cenários delineados anteriormente a partir do aporte teórico de Abreu (2016).

Para a CPT (1991, p.52) “a luta dos trabalhadores contra a exploração de mão-de-obra escrava, inclui a pressão permanente sobre o Estado para punir os responsáveis maiores, os grandes proprietários de terra”, sendo uma forma de punição, a “desapropriação incontinenti do imóvel onde se submetem os trabalhadores a tão degradante situação, para fins de reforma agrária”. A

esse respeito, podemos sinalizar o que é posto no Caderno de Conflitos do ano de 1993, que destaca que

depois de pouco menos de cinco anos da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional, regulamentou os artigos referentes à Reforma Agrária. O projeto aprovado trazia dispositivos que determinava a expropriação, para fins de Reforma Agrária, dos imóveis onde fosse constatada a existência de Trabalho Escravo. Os trabalhadores e entidades da sociedade civil entendiam ser aquele o instrumento que faltava para o combate eficaz ao Trabalho Escravo. Porém, o presidente da República vetou aquele dispositivo. Perdeu-se ali um instrumento importante, não só para o combate ao Trabalho Escravo, como para a implantação da Reforma Agrária.

Dessa forma, temos um cenário em que os casos de desrespeito da legislação trabalhista são, em sua maioria, tratados com impunidade, permitindo que os proprietários de terras continuem a praticar os diversos tipos de violência contra o trabalhador.

Cabe destacar que é a partir de 1996, que encontramos uma maior sistematização dos diferentes tipos de conflitos que ocorreram no Norte Fluminense, o que pode ser resultado da coragem e resistência daqueles que conseguem escapar desse tipo de situação, bem como de uma maior articulação na denúncia de conflitos e acesso a essas informações.

Após 1996, temos o registro de 1 conflito trabalhista no município de Cardoso Moreira (1998) envolvendo um menor de idade. No ano seguinte temos um conflito em Quissamã, envolvendo 600 pessoas, que estavam sendo superexplorados na Cia. Engenho Central de Quissamã. Em 2001 temos 2 conflitos em Campos dos Goytacazes, envolvendo 621 pessoas em situação de desrespeito trabalhista e superexploração. Cabe aqui pontuar que um dos conflitos, ocorreu na Usina Sapucaia, que foi também área conflitiva em 1996, sendo este o primeiro conflito registrado em períodos diferentes, podendo assim sinalizar uma continuidade de área conflitiva.

Em 2003 temos a ocorrência de 2 conflitos em Campos dos Goytacazes, um na Usina Cupim e outro na Usina Santa Cruz, envolvendo um total de 223 trabalhadores. Nesse recorte temporal, temos novamente a repetição de ocorrência de conflito na Usina Santa Cruz, uma das primeiras áreas conflitivas

registradas pela CPT, e que de acordo com os dados, permanece sendo uma área conflitiva importante na região.

Já em 2004, temos um total de 11 ocorrências de conflitos trabalhistas no Rio de Janeiro, sendo 8 destes, ocorridos no Norte Fluminense, distribuídos da seguinte forma: 3 ocorrências de trabalho escravo, 3 ocorrências de desrespeito trabalhista e 2 ocorrências de superexploração. Nestes registros, constam 770 pessoas envolvidas no Norte Fluminense e 820 no Rio de Janeiro.

Em 2005 temos 2 registros de conflitos no estado do Rio de Janeiro, sendo ambos no Norte Fluminense (em Campos dos Goytacazes, na Usina do Cupim), envolvendo 1 trabalhador vítima de acidente em canavial, e 200 trabalhadores em situação trabalho escravo/superexploração (o Caderno de Conflitos da CPT registra esse conflito das duas formas: trabalho escravo e superexploração).

É importante sinalizar que no governo Lula (2003-2006) temos a criação de mecanismos de enfrentamento ao trabalho escravo, como por exemplo o Plano Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo em 2003, e da Lista Suja em 2004, que realiza um cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo. De acordo com Rocha e Brandão (2013, p.200) é inegável que foram feitos avanços consideráveis no tratamento das ocorrências de trabalho escravo,

Como, por exemplo, na repressão ao crime, em decorrência da maior sistematização e um aumento de fiscalizações do trabalho programadas para atingirem áreas com dificuldades geográficas de acesso. Também é digno de destaque o aumento das sanções econômicas e a maior cobrança da sociedade de uma postura socialmente responsável pelas empresas que se beneficiam desse crime. Bancos públicos e privados estão atendendo recomendações para a não concessão de créditos para pessoas jurídicas constantes na famigerada “lista suja”, bem como está ocorrendo a intensificação de ações por danos coletivos.

Segundo dados da CPT, podemos verificar uma redução de ocorrência de conflitos trabalhistas a partir de 2004, conforme já observado no Gráfico 1. Tal redução nos permite refletir em algumas hipóteses: a) com ações efetivas de enfrentamento ao trabalho escravo, temos uma redução da ocorrência

desses e; b) os conflitos relacionados ao trabalho escravo podem não ter sido denunciados.

É claro que,

Para que haja superação do problema é preciso perceber o trabalho escravo contemporâneo no Brasil como reflexo de questões sociais graves, tais como a falta de distribuição de terras e riquezas, a precariedade de postos de trabalho e o poderio econômico, político e ideológico de grupos específicos que impedem que mudanças estruturais necessárias para a sua erradicação sejam efetivadas, tais como o aumento da punição e o investimento em alternativas de geração de emprego, renda e acesso a terra. Afinal, enquanto a impunidade e a falta de oportunidades prevalecerem existirão trabalhadores obrigados a depositarem seus corpos em indignas jornadas e empregadores prontos para explorá-los. (ROCHA, BRANDÃO; 2013, p.200).

Posteriormente, somente em 2008 temos registro de um conflito trabalhista no Norte Fluminense, envolvendo 240 trabalhadores em situação de superexploração na Usina Barcelos, situada em Campos dos Goytacazes. No ano seguinte, temos a ocorrência de 7 conflitos no estado do Rio de Janeiro, todos situados na região Norte Fluminense. Aqui, enfatizamos que dois desses conflitos se referem a Usina Santa Cruz, que é uma área conflitiva desde o ano de 1988, ou seja, são 20 anos de conflitos. Esse fato é muito significativo, visto que pode nos retratar algumas questões: o poder de resistência e articulação dos movimentos sócio-espaciais ao longo desses anos; a impunidade no tratamento das denúncias realizadas, bem como a permanência de uma estrutura política elitista-fundiária na região e seu poder de conservação ao longo dos anos. Em 2010, temos a mesma situação do ano anterior, em que todos os conflitos registrados (seis conflitos, com 240 trabalhadores em situação de trabalho escravo) no Rio de Janeiro, dizem respeito a região Norte Fluminense.

Já em 2011, temos um total de 10 conflitos, envolvendo 111 trabalhadores em situação de trabalho escravo. Destes, 3 ocorreram no Norte Fluminense, com 73 trabalhadores envolvidos no conflito trabalhista em tela. Podemos notar, que 66% dos trabalhadores envolvidos num total de 10 conflitos no estado do Rio de Janeiro, pertencem a uma área conflitiva no Norte

Fluminense, ou seja, temos um grande quantitativo de trabalhadores submetidos a condições de trabalho escravo no Norte Fluminense.

Em 2014, temos um único conflito registrado, e este encontra-se na região Norte Fluminense, especificamente em São Fidelis, único conflito trabalhista registrado neste município. A CPT por meio de seu canal de notícias “Massacres no Campo”<sup>5</sup>, afirma que o conflito ora mencionado submeteu 4 pessoas a condições de trabalho análogo à escravidão, que duraram 12 anos. De acordo com as notícias, as vítimas eram ameaçadas constantemente, bem como viviam em condições precárias. Nesse caso, temos a punição com reclusão dos donos do sítio que contrataram os trabalhadores, além de pagamento de multas. Para esses trabalhadores, foi a liberdade de 12 anos de angústias, de violência, ameaças, e desesperança. A punição criminal deste conflito, é um passo importante no que tange o enfrentamento do trabalho escravo no Norte Fluminense, visto que nessa região temos atividades laborais em lavoura canavieira.

Importante destacar que no governo Dilma, temos a ocorrência de 10 conflitos trabalhistas no Norte Fluminense, correspondentes ao período de 2010 a 2014. Todos esses conflitos foram denúncias de ocorrência de trabalho escravo, esse fato nos permite refletir o quão importante é a continuidade da luta por ações que visam o enfrentamento a esse tipo de conflito trabalhista, apesar da constante investida de determinados setores da sociedade no que se refere ao desmonte e desmobilização dessas ações.

Podemos citar como exemplos do ataque às ações de enfrentamento ao trabalho escravo a: a atuação de grandes construtores na suspensão da publicação da Lista Suja em 2014; e em 2015, temos a articulação de setores do Congresso na tentativa de mudança do conceito de trabalho escravo constante no artigo 149 do Código Penal, sugerindo assim, “retirar a condições degradantes e à jornada exaustiva como constitutivas deste crime” (PLASSAT,

---

<sup>5</sup> Massacres no Campo: Comissão Pastoral da Terra - Justiça condena à prisão pai, filho e capataz por trabalho escravo no Norte Fluminense. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/2387-justica-condena-a-prisao-pai-filho-e-capataz-por-trabalho-escra>>.

2017, s/p). De acordo com Plassat (2017, s/p), em matéria divulgada no acervo Massacres no Campo<sup>6</sup> da CPT,

ficará um pouco mais complicado para o governo oriundo do golpe de maio de 2016 dar seguimento aos seus funestes projetos de retrocesso no combate ao trabalho escravo, especialmente quanto à existência da Lista Suja e à manutenção do conceito legal de trabalho escravo.

De acordo com o Caderno de Conflitos de 1990,

a problemática do campo grita por justiça, que vai desde uma Reforma Agrária justa e uma política agrícola que contemple o pequeno produtor; até o respeito dos direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais assalariados, principalmente os temporários. (CPT, 1990, p.11)

Assim, é necessário que sejam criadas condições efetivas para que as leis sejam cumpridas e respeitadas, e que enfrentemos todas as ações que desmobilizem o enfrentamento ao trabalho escravo e demais conflitos trabalhistas; e caso não sejam respeitadas, que haja punição para aqueles que infringirem as leis (Caderno de Conflitos, 1990).

Para a CPT (1991, p.51),

a ação dos empresários, grileiros e pistoleiros; a ação ou omissão do Estado; e a resistência dos trabalhadores, nestes casos, configuram um processo sobre o qual se pode afirmar: a exploração do trabalho escravo no campo brasileiro não é exceção. É antes, uma regra que se exprime de modo diferenciado nas diversas regiões do país. Mas está presente em todas elas. Faz parte dos métodos utilizados pelos 'empresários' agrícolas para assegurar artificialmente o fornecimento de mão-de-obra. Esta prática acontece em determinadas situações, onde o regime assalariado rebaixaria sua taxa de lucro, ou simplesmente inviabilizaria a empresa. Em tais situações os 'empresários', muitas vezes contando com a omissão ou a cumplicidade do Estado, não hesitam em lançar mão da mais retrógrada e desumana forma de exploração: a escravidão.

---

<sup>6</sup> PLASSAT, Xavier. 2017: Pode o Brasil permanecer referência no combate ao trabalho escravo? In: Comissão Pastoral da terra - Massacres no Campo. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/3554-2017-pode-o-brasil-permanecer-referencia-no-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

Não podemos deixar de abordar aqui a categoria superexploração da força de trabalho, uma contribuição de Ruy Mauro Marini que avança no sentido de descolonizar as teorias clássicas do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Mediante o aporte teórico apresentado por Marini, Luce (2013, p.146) destaca que a

superexploração se pode dar mediante quatro formas ou modalidades: *i)* a remuneração da força de trabalho por baixo do seu valor – conversão do fundo de consumo do trabalhador em fundo de acumulação do capital; *ii)* o prolongamento da jornada implicando o desgaste prematuro da corporeidade físico-psíquica do trabalhador; *iii)* o aumento da intensidade do trabalho provocando as mesmas consequências, com a apropriação de anos futuros de vida e trabalho do trabalhador; e *iv)* o aumento do valor da força de trabalho sem ser acompanhado pelo aumento da remuneração.

De acordo com o Caderno de Conflitos (1990, p.9), “a superexploração da mão-de-obra assalariada tem produzido, em muitos casos, a viabilização econômica de empresas rurais que, além dos subsídios governamentais que recebem, lucram por não pagarem previdência social e outros encargos. Os salários pagos por essas empresas a seus empregados significam muito pouco do custo total do processo de produção”.

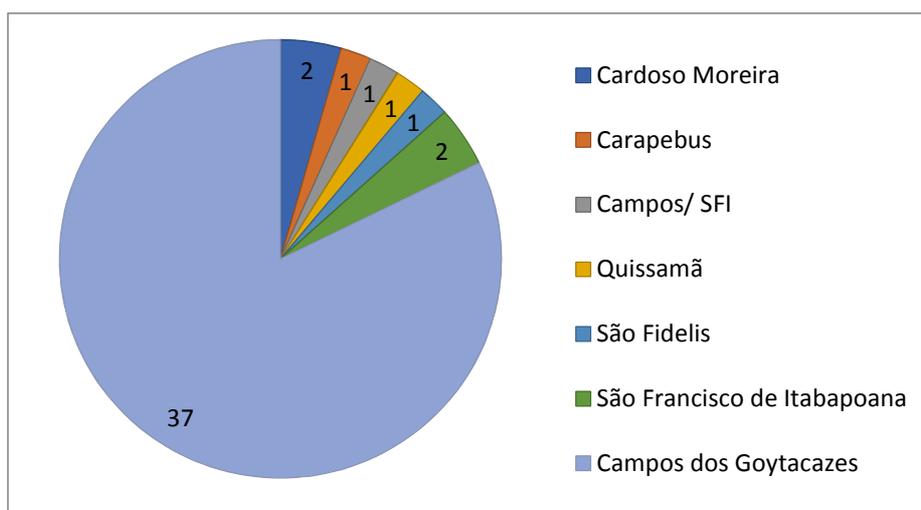
Visto que a região Norte Fluminense é marcada pela produção sucroalcooleira ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, temos no que tange a superexploração, a influência do

estímulo à mecanização do corte da cana – defendida como solução pelo governo – sem que se altere a lógica das relações de produção exercerá, e já está exercendo, pressão para que os trabalhadores de empresas não mecanizadas sejam obrigados a cumprir cotas ainda maiores de produção, fazendo elevar ainda mais o esgotamento de sua força de trabalho. Este caso evidencia como a superexploração por aumento da intensidade cumpre um papel para as empresas com menor produtividade que estão perdendo uma parcela de mais-valia via mercado, a qual é apropriada pelas empresas operando acima da taxa de lucro média. (LUCE, 2013, p.157).

Tal fato pode ser um indicativo do motivo de metade dos conflitos trabalhistas denunciados terem sua espacialização no Norte Fluminense.

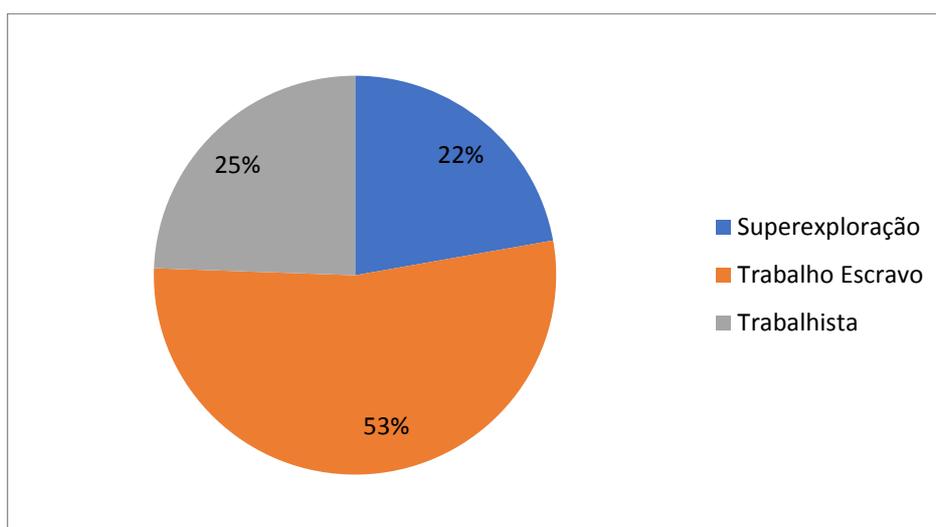
Assim, após o que foi dito durante este capítulo e da sistematização dos dados sobre os conflitos trabalhistas, podemos destacar no tocante ao Norte Fluminense, conforme Gráfico 2, que a maioria dos conflitos encontram-se espacializadas no município de Campos dos Goytacazes. Interessante pontuar que dos 37 conflitos ocorridos no referido município, 22 ocorreram em Usinas e os demais em fazendas.

**Gráfico 2 - Espacialização dos conflitos trabalhistas no Norte Fluminense**



Fonte: Caderno de Conflitos 1988-2017.

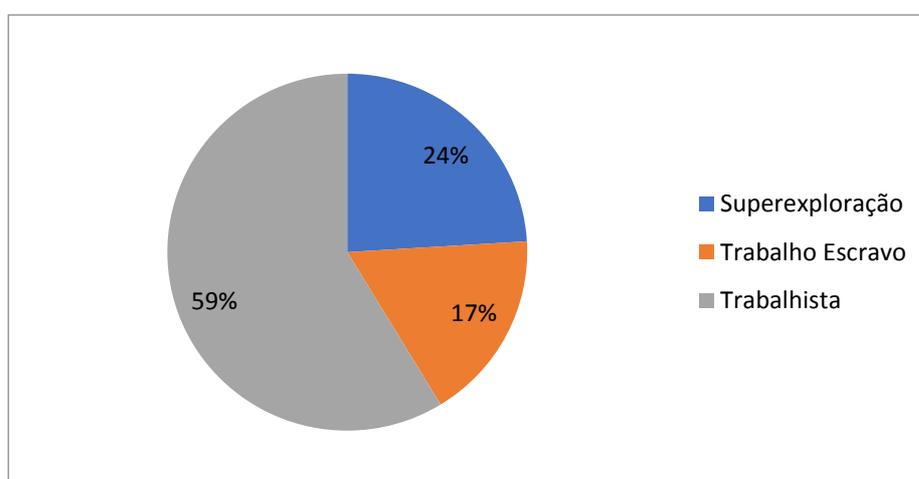
Entre os tipos de conflitos trabalhistas registrados no Norte Fluminense, temos a maior ocorrência de conflitos que dizem respeito a denúncias de trabalho escravo, seguido de conflitos que se referem a acidentes em canaviais, desrespeito trabalhistas, como pode ser observado no Gráfico 3.

**Gráfico 3 – Tipo de conflito trabalhista**

Fonte: Caderno de Conflitos 1988-2017.

É bem significativo o percentual de registro de ocorrência de conflitos caracterizados como trabalho escravo, sinalizando que ainda há muito o que percorrer para criação de mecanismos de enfrentamento dessa violação de direitos.

Em relação ao número de trabalhadores envolvidos nos conflitos em tela, temos um maior percentual de trabalhadores que reivindicam melhores condições de trabalho, denunciam e vivenciam situações de desrespeito trabalhistas, acidentes em canaviais, etc., seguido de condições de superexploração e trabalho escravo, como aponta o Gráfico 4.

**Gráfico 4 – Pessoas envolvidas em conflitos trabalhistas**

Fonte: Caderno de Conflitos 1988-2017.

Como já mencionado nesse trabalho, os conflitos ocorrem no espaço e sinalizam as disputas de poder e a luta de classes. De acordo com a CPT (1992, p.18), “a manutenção da concentração da propriedade da terra como privilégio de poucos é, por si mesma, uma violência inominável”, e ressalta ainda que “para ter acesso a um pedaço de terra, os proprietários, apoiados pelo Estado, somam à ‘propriedade-violência’ um conjunto terrível de ações violentas para defender seus privilégios”. Diante disto, como forma de expressão dos conflitos, temos a ocorrência das mais diversas formas de violência, sendo, por exemplo, o ponto máximo de uma disputa,

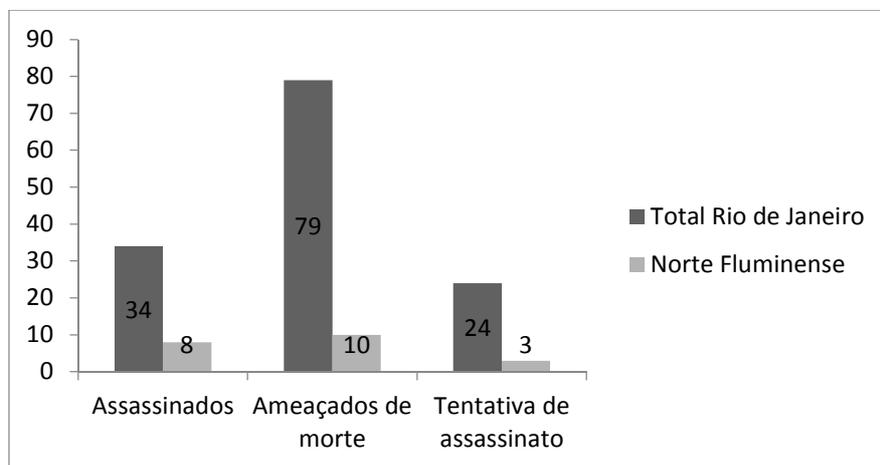
o assassinato do opositor, sendo que, no caso brasileiro, o opositor sempre é aquele que luta por terra de trabalho, transformações na estrutura fundiária e justiça social no campo. No clímax da disputa o sujeito opositor é, de uma vez por todas, desterritorializado. (JUNIOR, 2017, p.18)

Assim, “a violência histórica no campo brasileiro pode ser compreendida a partir de duas dimensões: a violência estrutural própria do modo capitalista de produção, vista como uma ‘potência econômica’ por K. Marx, e as especificidades do capitalismo brasileiro” (JUNIOR, 2017, p.17).

Segundo esse mesmo autor, “os assassinatos sistemáticos desses sujeitos sociais, realizados ou encomendados pelos portadores do capital e da “modernidade”, constituem a maior das violências entre todas as outras possíveis” (JUNIOR, 2017, p.17), afirmando ainda que há outras formas de violência que teriam peso menor relacionadas a violência e que causam a perda de vida de uma pessoa, como a “violência da miséria e da fome, a violência da discriminação étnica contra o indígena e da discriminação social contra o camponês e trabalhador rural, a violência da falta de políticas públicas, a violência da ausência ou omissão do judiciário”. Para o referido autor, “a morte interrompe a possibilidade da práxis transformadora dos indivíduos organizados e em luta”, o que pode significar também “a vitória daqueles que se apoderam do território a seu próprio favor ou, como também frequentemente acontece, a morte pode potencializar a luta daqueles que caminhavam junto à pessoa que deixa de existir”.

Nos Cadernos de Conflitos, temos o item “Conflito por Terra: violência contra pessoa”, que sistematiza as diversas formas de violência contra aqueles que lutaram contra as desigualdades advindas do sistema capitalista. Nesse trabalho, iremos apresentar a sistematização de dados relacionados a assassinatos, tentativas de assassinato e ameaçados de morte. Conforme Gráfico 5, destacamos que os 8 assassinatos ocorridos no Norte Fluminense ocorreram no município de Campos dos Goytacazes no intervalo de tempo entre 2000 a 2014.

**Gráfico 5 - Violência contra pessoa (1985-2017)**



Fonte: Caderno de Conflitos 1985-2017.

Entre os assassinados, verificamos que 5 destes encontravam-se mobilizados na mesma área conflitiva (nome do conflito: Acampamento Oziel Alves 2/ Mergulhão/ Cambahyba) e que eram líderes, sem-terra e assentados.

No Caderno de Conflitos de 1989 é indicada a existência de uma “violência seletiva” que teria como objetivo “quebrar os espinhos mais fortes” (1989, p. 12-13), ou seja, os dados acima apresentados indicam que há uma seleção em relação àqueles que são ameaçados, sofrem tentativas de assassinato, ou são assassinados de fato. Além disso, os relatos da CPT (Caderno de Conflitos, 1989) destacam a importância de tornar públicas as ameaças contra aqueles que lutam pelo acesso à terra, o que pode colaborar na mobilização pela segurança e inibição de ações criminosas como estratégia dos movimentos sociais.

Segundo a CPT (1990, p.6)

o maior número de conflitos tem como sujeito popular o 'posseiro'. Seu direito à terra tem por base o seu trabalho, o seu e o de sua família. Socialmente, trata-se de famílias que decidiram trabalhar a terra desocupada, abandonada, não cultivada. É o 'ferro' movido pelo seu braço que dá dimensão produtiva social à terra.

Devido à força de mobilização e resistência desses ocupantes na luta pelo acesso a terra, é possível observar o uso de violência dos grandes proprietários para manter a posição hegemônica de controle da terra. Além disso, temos a atuação do Estado que mantém a estrutura fundiária e defende a propriedade privada da terra, agindo com morosidade no que tange a realização efetiva da Reforma Agrária (Cadernos de Conflitos, 1992).

Outro conflito a ser aqui destacado são os conflitos por água sistematizados pela CPT, que representam ações de resistência que objetivam a garantia do uso e preservação das águas. Porém, ao analisar os dados disponíveis, constatamos que este tipo de conflito apresentou um menor recorte temporal registrado, visto que começaram a ser sistematizados a partir de 2002 nos Cadernos de Conflitos. Num panorama geral, temos a ocorrência de 44 conflitos por água registrados no período (2002 a 2017), envolvendo um total de 83.993 pessoas.

Destes, temos na região Norte Fluminense a ocorrência de apenas 4 conflitos, caracterizados pela luta pelo uso e preservação, contra a destruição e poluição das águas. É nesse tipo de conflito que observamos maior destaque do município de São João da Barra com 3 conflitos registrados, coincidindo com o período em que se inicia a instalação do Complexo Portuário do Açú. Temos também um conflito em Campos dos Goytacazes, em que 30 famílias ribeirinhas denunciavam a diminuição do acesso à água.

Cosme (2016) destaca que

a chegada do golpista Michel Temer, ao governo da República, aprofundou aceleradamente a contrarreforma agrária em curso no Brasil. Sem dividir a terra e a água, em favor e sob o controle dos sujeitos sociais historicamente oprimidos e explorados no campo, restam a violência e a destruição da natureza. (COSME, 2016, p. 131)

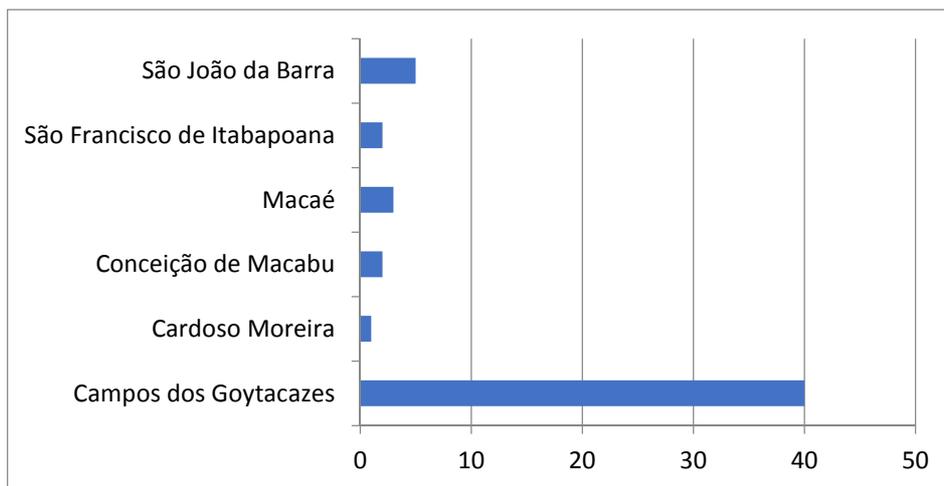
Dessa forma, é necessário o

debate sobre a propriedade privada capitalista, das relações sociais e da relação sociedade com a natureza sob a lógica do capital é inadiável e, no caso da privatização e devastação das nossas águas, uma condição de existência da vida, isso se torna mais urgente. (COSME, 2016, p. 132)

Quando apresentamos os variados tipos de conflitos, sejam estes por Terra, Água ou Trabalhistas, nos referimos a construção de relações sociais e de poder pautadas em um constante enfrentamento de sujeitos que denunciam, resistem à opressão e a violação de direitos perpetradas pelos latifúndios e grandes empresários. Para enfrentamento dos mecanismos de desmonte dos direitos e contra a violência, as lideranças, os sem-terra, os trabalhadores, os pequenos produtores rurais, as comunidades ribeirinhas, entre outros, buscam a construção de estratégias de luta que possibilitem ampliar sua escala de abrangência política. Esse apoio é dado pela CPT que com sua sistematização de informações sobre os conflitos e violência contra as pessoas e posse, possibilita uma articulação e visibilidade dessas questões.

Uma das estratégias registradas nos Cadernos Conflitos são as ações de resistência e manifestações, que variam de ocupação de espaços públicos e privados, realização de audiências públicas, bloqueio de estradas, encontros etc. Cabe destacar que os registros de Manifestações ocorrem a partir de 1998, apresentando um total de 252 ocorrências no Rio de Janeiro das quais 20% ocorreram no Norte Fluminense, em sua maioria em Campos dos Goytacazes, como pode ser observado no Gráfico 6.

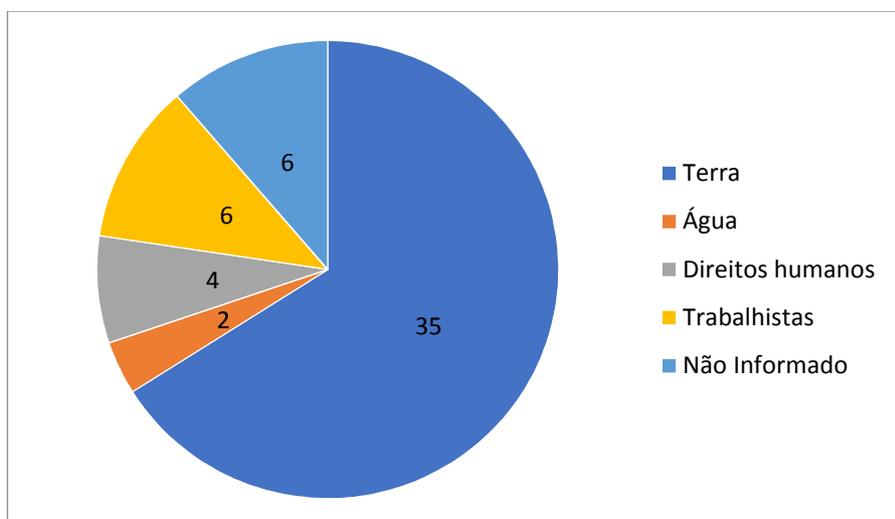
**Gráfico 6 – Municípios em que ocorreram manifestações (2000-2017)**



Fonte: Cadernos de Conflitos 2000-2017

Em relação ao tipo de conflito em que as manifestações se inserem, temos os dados sistematizados no Gráfico 7, que nos permite notar que grande parte das manifestações tem como origem os conflitos por terra.

**Gráfico 7 – Tipo de conflito da manifestação**

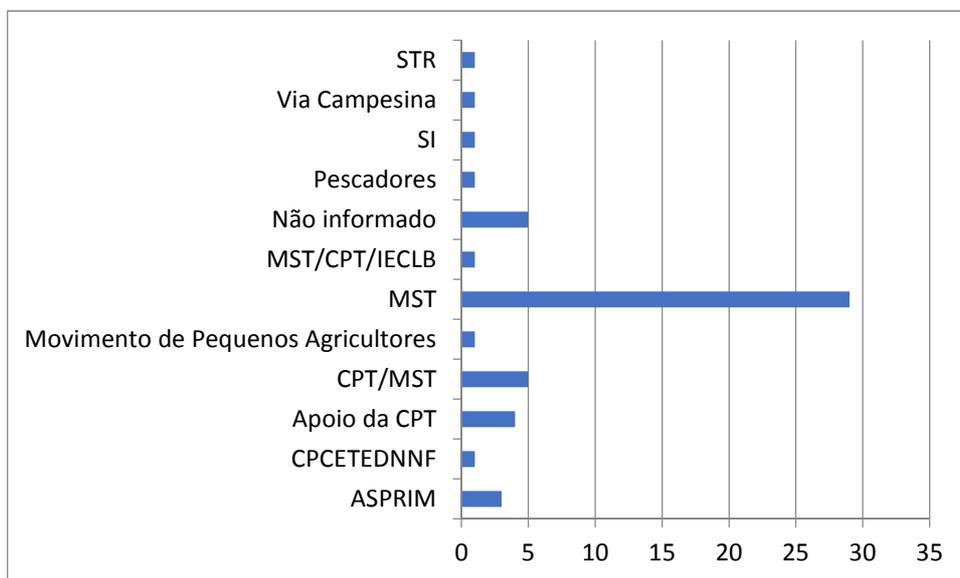


Fonte: Cadernos de Conflitos 2000-2017

Entre as reivindicações apresentadas nas manifestações temos as relacionadas a questões trabalhistas, assentamentos de famílias, desapropriação de terras, questões ambientais, contra privatização da água, contra a injustiça e violência, contra impunidade, educação e soberania alimentar, políticas sociais e infraestrutura, reforma agrária, contra a expropriação etc. E para mobilização e realização dessas manifestações, os

sujeitos envolvidos nos diversos conflitos tiveram apoio de diferentes setores para sua organização, tendo destaque a atuação do MST nesse apoio, como demonstrado no Gráfico 8.

**Gráfico 8 – Organizadores das manifestações<sup>7</sup>**



Fonte: Cadernos de Conflitos 2000-2017

De acordo com Filho (2017, p.15) ao analisarmos a produção do espaço e do território, “chegamos na compreensão de que os processos e fenômenos de luta e resistência” atuam como “mecanismo de transformação sócio-espacial para além dos modelos alicerçados no modo capitalista de produção.”. Portanto, por meio da sistematização dos conflitos apresentados, buscamos apreender o que consideramos ser o retrato de um padrão da conflitividade, dando destaque ao Norte Fluminense e aos conflitos ocorridos nessa região ao longo dos últimos 32 anos.

Para continuidade da análise dos conflitos, propomos dar maior relevância ao espaço, visto que os conflitos se espacializam, tornando-se áreas com maior ou menor conflitividade, de acordo com o número de ocorrências num dado espaço e tempo. Para tanto, serão abordados no capítulo 3 os Conflitos por Terra que, de acordo com o Caderno de Conflitos, dizem respeito a ações de resistência e enfrentamento pela posse, uso e propriedade da terra

<sup>7</sup> Siglas do gráfico: STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais; SI- Sindicato Industrial; IECLB- Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil; CPCETEDNNF- Comitê Popular de Combate e Erradicação ao Trabalho Escravo no Norte/Noroeste Fluminense; ASPRIM- Associação dos Proprietários Rurais e de Imóveis

e pelo acesso aos recursos naturais, sendo também incluso nessa categoria conflitiva, as ocupações e acampamentos. Este conflito retrata as desigualdades da formação territorial capitalista no Brasil e a consequente diferenciação da distribuição e acesso a terra. Em uma análise preliminar, podemos observar que 21% dos conflitos por terra do Rio de Janeiro ocorreram no Norte Fluminense, com o primeiro conflito registrado em 1996.

### **CAPÍTULO 3 - “NÃO VIM ATÉ AQUI PARA DESISTIR AGORA”: RESISTÊNCIA E LUTA POR TERRA**

Conforme sinalizado anteriormente, esse capítulo tem a proposta de realizar a análise dos conflitos por terra no Norte Fluminense a partir dos perfis já identificados na sistematização dos dados. Como o próprio nome diz o conflito por terra envolve ações que manifestam a resistência e luta daqueles que questionam a forma como a terra é utilizada e sua forma de distribuição, fazendo assim, uma crítica à manutenção da propriedade privada. Assim, o objetivo deste capítulo é realizar a partir dos perfis e padrões identificados, a análise à luz da teoria social crítica e da teoria da conflitividade, dos contextos histórico-geográficos marcantes e cortes estruturais da formação territorial brasileira.

Inicialmente podemos pontuar que

sob a égide do capitalismo, o espaço tornou-se mercadoria pela generalização do processo produtivo, que generaliza a propriedade privada e engloba espaços urbanos e rurais em diferentes articulações; manifestando práticas especulativas e monopolizadoras, permitindo a realização da propriedade privada da terra, ao longo do processo histórico, pela generalização da “mercadoria-espaço”. (PEDON, 2009, p. 66).

Fernandes (2010, p.506) destaca que “os conflitos por terra são também conflitos pela imposição dos modelos de desenvolvimento ‘territorial’ rural e nestes se desdobram”, em que “de um lado, o capital expropria e exclui; de outro, o campesinato ocupa a terra e se ressocializa.” (2010, p. 511). Dessa forma, o conflito se configura como uma manifestação dessa exclusão, da expropriação e das desigualdades inerentes do sistema capitalista.

O que compreendemos como conflitividade, é conceituado por Fernandes como conflitualidade, que para o referido autor seria

uma propriedade do conflito e está relacionada, essencialmente, à propriedade da terra, à renda da terra, à reprodução capitalista do capital, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária e aos processos de expropriação dos camponeses assalariados por diversos meios e escalas e bases sociais, técnica econômica e política. (FERNANDES, 2010, p. 530).

Ou seja,

o capital gera a conflitualidade determinando a relação social dominante, tornando sempre subalterno o campesinato. Nessa condição, nasce o conflito, porque o capital, tentando manter sua lógica e seus princípios, enfrenta permanentemente os camponeses para continuar dominando-os. Por sua própria dignidade os camponeses lutam continuamente pela autonomia política e econômica. (FERNANDES, 2010, p. 512),

Assim, “o conflito por terra é um confronto entre classes sociais, entre modelos de desenvolvimento, por território”, havendo a possibilidade de resolução ou supressão desse conflito, mas não da conflitualidade. (FERNANDES, 2010, p. 529).

Além disso, Filho (2017, p.17) afirma que a “conflitualidade é produto das relações desiguais baseadas em recursos e diferentes feições do poder, mas, simultaneamente, é processo produtor e reprodutor de novos modelos de desenvolvimento territorial”, sendo um “movimento e devir que apresenta apetite para uma nova formação ou resolução de uma contradição socioespacial/socioterritorial”. O referido autor pontua também, que o papel dos conflitos seria explicitar a conflitualidade, e que ao analisá-la temos a possibilidade de “descortinar contradições do devir e processos políticos para além dos modelos de desenvolvimento territoriais e sistema sociopolítico capitalista” (FILHO, 2017, p.17).

Enquanto reação do conflito, temos a violência que pode ser “caracterizada pela destruição física ou moral; é a desarticulação do conflito por meio do controle social. A violência tenta pôr fim ao conflito sem que haja resolução dos problemas” (GIRARDI, 2008, P.293). Acerca disso, Boff (2016) afirma que existem quatro sombras que foram e são as responsáveis pela origem da violência no Brasil: nosso passado colonial, o genocídio indígena, a escravidão e a Lei de Terras de 1850 que institucionalizou a propriedade privada da terra.

Para Rossini (2009, p.10) “a apropriação do espaço geográfico se dá formalmente por meio da apropriação da terra”, assim, no sistema capitalista temos a apropriação e produção do espaço conforme as necessidades do capital. Desse modo, no sistema capitalista temos a transformação de tudo em mercadoria, onde “o capital produz o lucro; o trabalhador recebe um salário

pelo seu desempenho, pela utilização de sua força de trabalho pelo capital; o proprietário da terra cobra uma renda por sua utilização” (2009, p.18, apud MARTINS, 1981, p. 160-162).

A referida autora destaca ainda, que a apropriação da terra pelo capital, transforma-a em “terra de negócio, em exploração do trabalho alheio; quando o trabalhador se apropria da terra, ela se transforma em terra de trabalho (2009, p.20 apud MARTINS, 1980, p.59-60)”, dessa forma, “os conflitos de terra no país surgem exatamente por causa dessa concepção entre terra de negócio e terra de trabalho” (ROSSINI, 2009, p.20).

De acordo com Porto Gonçalves (2006 p.163) a “sociedade e território, vê-se, são indissociáveis. Toda sociedade ao se constituir o faz constituindo o seu espaço, seu habitat, seu território”. Dessa forma,

O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social. (BOURDIEU, 1989 apud PORTO GONÇALVES, 2002, p.230).

E é por esse motivo, que se faz necessário considerar a geograficidade para além das condições naturais, de modo que possamos compreender “que os homens e mulheres só se apropriam daquilo que faz sentido; só se apropriam daquilo a que atribuem uma significação e, assim, toda apropriação material é, ao mesmo tempo, simbólica” (PORTO GONÇALVES, 2002, p.230). Dessa forma, há “modos distintos de se apropriar da terra por meio de culturas distintas e, deste modo, é de territorialidades também distintas que estamos falando (PORTO GONÇALVES, 2006, p.169).

A “territorialização é um processo de expansão de uma relação de poder no espaço geográfico. A expansão ocorre com a ampliação da área do território e sua multiplicação”. Quando analisamos a territorialização no campo, podemos notar que este “ocorre pela expansão de uma determinada relação social. Nesse caso há dois tipos de relações sociais que tem se confrontado historicamente: a propriedade capitalista e a propriedade camponesa”. E desta relação, temos a territorialização do capital que “promove a desterritorialização

do campesinato e vice-versa.” Assim, podemos afirmar que “a luta pela terra é uma luta de ressocialização e de desenvolvimento territorial” (FERNANDES, 2004, p.1).

É preciso pontuar que na “tensão de territorialidades, o coletivo/comunitário se coloca quase sempre contrário à exclusividade da propriedade privada que, sendo espaço de uso exclusivo, é, já aí, de exclusão” (PORTO GONÇALVES, 2006, p.176). E dessa tensão, podemos notar os movimentos que realizam

(1) a luta pela apropriação das suas condições materiais de produção (água, gás, energia, biodiversidade, terra, só para ficarmos com as explicitadas) assim como da criação das condições para sua própria reprodução simbólica (escolas, universidades livres, rádios comunitárias, posses de rappers). Na junção dessas duas dimensões é que a invenção de territórios ganha sentido, na exata medida que comporta as dimensões material e a simbólica geograficamente conformadas. Além disso, a formação social que enseja a existência desses movimentos implica, como vimos insistindo, (2) a conformação simultânea de grupos, segmentos, classes, etnias, comunidades, estamentos, camadas, enfim, distintas formações de sujeitos sociais que buscam se realizar por meio de diferentes escalas e conformações territoriais (PORTO GONÇALVES, 2006, p.176-177).

Assim, os sem-terra ocupam terras em regiões onde os agentes hegemônicos do capital já se territorializaram: são latifúndios, terras devolutas e/ou griladas. Tal fato representa “um processo de territorialização, cujo foco principal é a conquista da terra apropriada para o trabalho que permite a manutenção da vida contra a terra do “negócio” e da exploração” (PEDON, 2009, p.176).

Belo (2012, p.5) afirma que a identidade de sem-terra

é criada a partir da consciência comum da condição de excluídos. Isto demanda um processo de aprendizado, que tem como objetivo a transmissão de valores, que tornam as relações sociais mais solidárias. A identidade Sem-terra se manifesta por meio de símbolos, como as bandeiras, as lonas pretas das barracas e os hinos e poesias. Estas formas permitem a valorização da identidade rural e propiciam empoderamento aos sem-terra.

Portanto, a “identidade ‘sem-terra’ é uma afirmação política, que fornece elementos teóricos para questionar a estrutura agrária e o processo de desenvolvimento agrícola, e reivindicar junto ao Estado o acesso à terra”, ou seja, “ser sem-terra significa se opor ao modelo econômico vigente e à elite rural” (BELO, 2012, p.43).

Fernandes (2000) destaca que

a história de formação do Brasil é marcada pela invasão do território indígena, pela escravidão e pela produção do território capitalista. Nesse processo de formação do nosso país, a luta de resistência começou com a chegada do colonizador europeu, há 500 anos, desde quando os povos indígenas resistem ao genocídio histórico. Começaram, então, a luta contra o cativo, contra a exploração e, por conseguinte, contra o cativo da terra, contra a expropriação, contra a expulsão e contra a exclusão, que marcam a história dos trabalhadores desde a luta dos escravos, da luta dos imigrantes, da formação das lutas camponesas. Lutas e guerras, uma após a outra ou ao mesmo tempo, sem cessar, no enfraquecimento constante contra o capitalismo. (FERNANDES, 2000, p.25).

Assim, podemos identificar na formação territorial do Brasil uma longa história de políticas fundiárias e uma permanência da estrutura fundiária, que culmina em processos de luta e resistência ao que se encontra instituído.

Tal fato pode ser apreendido quando analisamos, por exemplo, o período ditatorial, em que o controle da questão agrária era efetuado pelos militares e a burguesia. Para exercer esse controle eram utilizadas diversas formas de violência para que assim houvesse a efetivação do modelo de desenvolvimento para o campo que configurava em apoio ao crescimento econômico e industrial, com base na grande propriedade (FERNANDES, 2000, p.41).

É importante destacar que “a aliança militares-burguesia tratava o problema da terra e as lutas camponesas não como uma questão política, inerente ao sistema capitalista, mas sim como um elemento secundário da economia do País”. Porém, diante das desigualdades e miséria decorrente do processo capitalista no campo, inúmeros conflitos eclodiram nesse período, até porque “não há repressão que consiga controlar todo o tempo e todo o espaço”. Dessa forma, esse período foi marcado tanto por ações de violência e

conflitos fundiários, como também por ações de resistência, visto que “os camponeses começaram a romper as cercas da repressão da ditadura militar” (p.43), ou seja, “o recrudescimento da questão agrária promovido pela expansão do capitalismo no campo e pela não realização da reforma agrária gerou igualmente a expansão dos conflitos e lutas” (FERNANDES, 2000, p.43 - 44).

É nesse contexto, que temos a gênese de movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, que surge como uma forma de resistência à repressão política e de expropriação dos camponeses (p.46), que almejam manter a discussão e efetivação da reforma agrária na pauta política, tendo apoio de inúmeras outras instituições como, por exemplo, a CPT.

Outra questão relevante é que

os sem-terra não são apenas excluídos da terra, também são excluídos de outros direitos básicos de cidadania. Dessa forma, procuram derrubar outras cercas além das cercas do latifúndio. E para conquistarem seus direitos, dimensionaram a luta pela terra em luta por educação, por moradia, por transporte, por saúde, por política agrícola, enfim por uma vida digna. (FERNANDES, 2000, p.222)

No período de 1985 a 1990 temos o processo de territorialização do MST em âmbito nacional, em que

ocupação por ocupação, estado por estado, lutando pelo direito à terra por meio de negociações e enfrentamentos, os sem-terra especializam a luta, construindo o Movimento, desde seu nascimento à sua consolidação, dimensionando e transformando as suas realidades. (FERNANDES, 2000, p.170).

Neste cenário, temos a região sudeste, onde a “expansão da monocultura era a única política agrícola existente, de modo que a maior parte dos agricultores familiares estavam perdendo suas propriedades”, acarretando assim em expulsões, expropriação e assalariamento dos trabalhadores, “todavia a luta pela terra vinha crescendo na região” (Fernandes, 2000, p.89-90).

Cabe destacar que no período de 1985 a 1995, temos o registro de 130 conflitos por terra registrados no Rio de Janeiro e nenhum registro de conflito que tenha ocorrido no Norte Fluminense. Cabe sinalizar que a economia do Norte Fluminense<sup>8</sup> foi “caracterizada historicamente pela predominância da atividade canavieira sendo, portanto, uma região de forte identidade com a produção agrícola, especialmente a cultura da cana.”. Atrelado a isso, temos “a forte concentração fundiária e consequente desigualdade social”. (BELO, 2012, p.35-36). Medeiros et. al. (2009 apud BELO, 2012, p.36), afirma que

a concentração fundiária se intensificou durante todo o século XX em decorrência da modernização agroindustrial e dos incentivos dados pelo governo militar à produção de álcool, nos marcos do programa de substituição dos combustíveis derivados do petróleo (Pró-Álcool), quando verificou-se um intenso processo de modernização das usinas de açúcar e a construção de destilarias de álcool acopladas a estas, proporcionando uma concentração não só agrícola, mas também industrial.

Posteriormente, temos a falência das usinas, devido ao fato dos programas de incentivo à produção de álcool serem finalizados. Foi nessa conjuntura, que podemos notar no Norte Fluminense a atuação do MST,

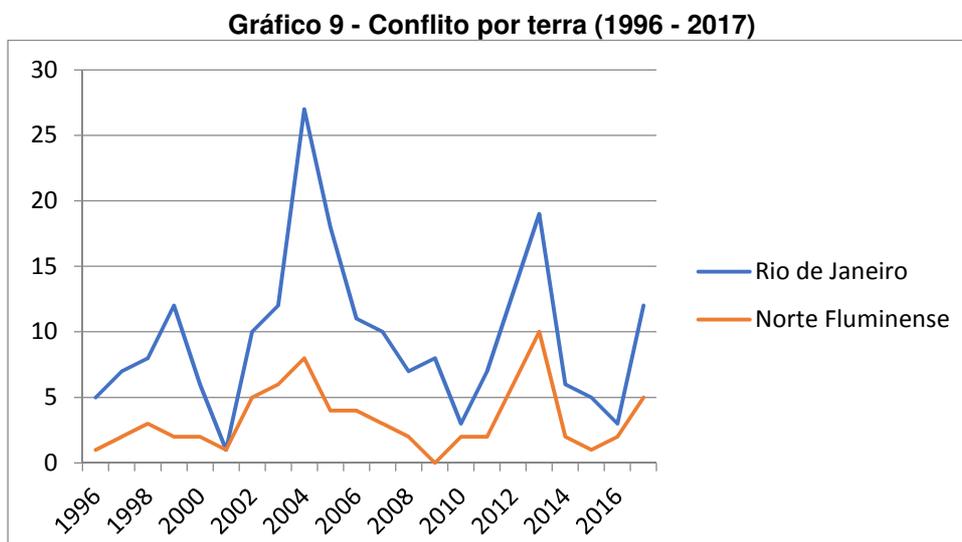
que naquele momento não somente reivindicava a divisão das terras tornadas improdutivas devido à falência das usinas, mas incorporou também as demandas dos trabalhadores das usinas que reivindicavam o pagamento de dívidas trabalhistas. (BELO, 2012, p.36).

Assim, assistimos a um reordenamento das ações do MST no que tange a luta por terra, focando sua atenção no Norte Fluminense, visto que “com a falência de diversas usinas de cana-de-açúcar, a região se tornou o epicentro das ações do movimento”, até porque, “a falência das usinas elevou a concentração de terras improdutivas, piorando o cenário de desemprego e pobreza” (BELO, 2012, p.36-37). Assim, a atuação do MST teve início na região na década de 1990, que juntamente com alguns sindicatos, realizaram ocupações de terras das antigas usinas sucroalcooleiras falidas (BELO, 2012).

---

<sup>8</sup> O Norte Fluminense, nosso recorte espacial, abrange as microrregiões geográficas de Campos dos Goytacazes (Campos dos Goytacazes, São Fidélis, São João da Barra, São Francisco de Itabapoana e Cardoso Moreira) e de Macaé (Macaé, Quissamã, Carapebus e Conceição de Macabu).

De acordo com os dados disponibilizados pela CPT, o Gráfico 9 nos mostra que 21% (73 conflitos) do número de ocorrências de conflitos por terra no Rio de Janeiro, ocorreram no Norte Fluminense no período de 1996 (ano em que há o primeiro registro desse tipo de conflito) a 2017.



Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

Ainda analisando o gráfico 9, podemos destacar algumas questões em relação aos conflitos por terra. O primeiro ponto, compreende o período de 1995 a 1999 (primeira gestão do governo Fernando Henrique Cardoso) onde temos a ocorrência de 39 conflitos por terra no Rio de Janeiro, sendo 6 no Norte Fluminense. Nessa gestão, podemos aferir que o ano de 1999 foi o mais conflitivo.

De acordo com Messias (2017, p.13)

o governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) iniciou processos de desapropriação de terras e ampliou o assentamento de famílias sem-terra. Porém, apesar dessas conquistas, os assentamentos não foram feitos pensando na qualidade, e sim na quantidade, o que revela que muitos assentamentos implantados durante o governo FHC não deram condições para que as famílias desenvolvessem ali sua subsistência.

Em sua segunda gestão, FHC implementou várias iniciativas que favoreciam o agronegócio, além de realizar “a mercantilização da terra, o que ficou conhecida como ‘Reforma Agrária de mercado’. Uma das estratégias

utilizadas pela gestão FHC diz respeito a repressão e “criminalização dos movimentos de luta pela terra e com a mercantilização ainda mais acentuada do campo” (MESSIAS, 2017, p.27), ou seja, o objetivo era desarticular os movimentos sociais que lutavam pela reforma agrária e expandir o mercado de terras.

Tal fato é confirmado com os dados da CPT, que indicam a redução de ocorrência de conflitos a partir de 2000, sendo o ano de 2001 o menos conflitivo, com registro de apenas 1 conflito em Campos dos Goytacazes. Até o fim da segunda gestão FHC, temos um total de 29 conflitos registrados no Rio de Janeiro, quantitativo menor que o período da primeira gestão. Porém, notamos um aumento dos conflitos no Norte Fluminense, visto que na primeira gestão ocorreram 6 conflitos por terra e no período de 1999 a 2002 temos a maioria destes localizada no Norte Fluminense (10 conflitos) nos municípios de Campos dos Goytacazes (6 conflitos, envolvendo 1.699 famílias, em área conflitiva de aproximadamente 26.470 hectares), Conceição de Macabu (1 conflito envolvendo 120 famílias, em área conflitiva de 700 hectares), São Francisco do Itabapoana (2 conflitos envolvendo 360 famílias) e Macaé (1 conflito envolvendo 132 famílias).

Outro ponto que podemos destacar ao analisar o gráfico 3 faz referência aos anos com maior ocorrência de conflitos por terra no Rio de Janeiro e Norte Fluminense, que foram os anos de 2004 (primeira gestão do governo Lula) e 2013 (governo Dilma).

Messias (2017, p.14) afirma que

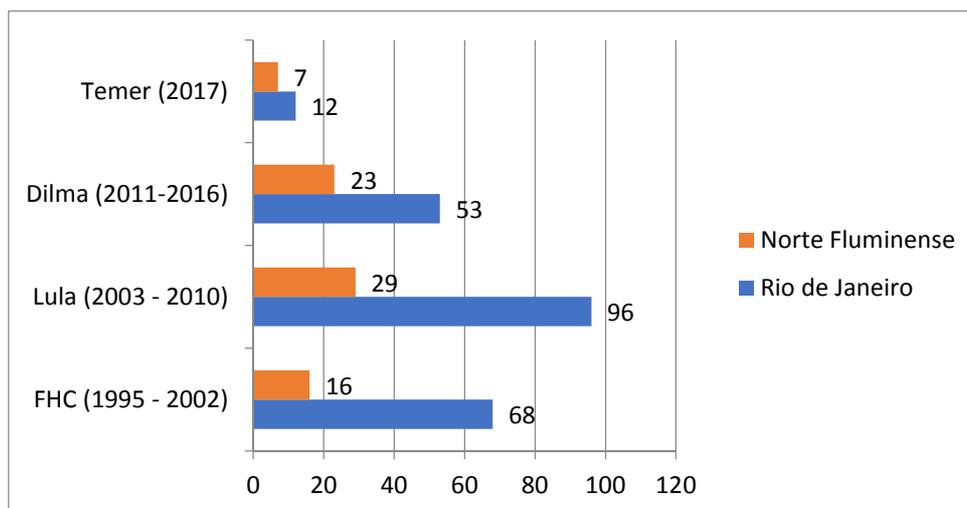
Os governos de Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016) foram pautados por um Projeto Neodesenvolvimentista para o Brasil, apesar de algumas análises afirmarem uma forte aproximação com o projeto neoliberal, sobretudo, no segundo mandato de Dilma. O fato é que os governos federais petistas tiveram que lidar com a herança neoliberal de administração da questão agrária. No entanto, a expectativa por parte dos movimentos populares era de que novos e melhores horizontes se desenhariam rumo à reforma agrária, principalmente, com Lula como presidente. Apesar das políticas de apoio à agricultura familiar, que melhoraram qualitativamente as condições de manutenção dos assentamentos, ainda assim, não se viu uma política que avançasse efetivamente na perspectiva de uma reforma agrária justa e igualitária no país. Com uma política de conciliação de classes, as empresas do agronegócio foram grandes beneficiárias da política agrária desses governos.

É importante frisar que

O debate da reforma agrária como programa estratégico para a superação da estrutura fundiária desigual e geradora de pobreza por meio da desapropriação de latifúndios foi uma bandeira levantada nas campanhas presidenciais do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1989 e demarcada no Programa Agrário do partido. Entretanto, para se eleger em 2002, após três tentativas anteriores, Luiz Inácio Lula da Silva, candidato do PT, precisou fazer alianças políticas com partidos do campo conservador e esse tipo de comprometimento se refletiu na política agrária de seus governos, pois havia necessidade de conciliar dois projetos distintos de agricultura. Com isso, a reforma agrária passou a ser defendida enquanto categoria para o desenvolvimento capitalista e combate à fome se restringindo à desapropriação de terras improdutivas. (MESSIAS, 2017, p.27).

Por esse motivo, podemos notar no Gráfico 10 o aumento significativo dos conflitos por terra no período do governo Lula e Dilma no Rio de Janeiro e Norte Fluminense, principalmente no período correspondente a gestão de Lula, visto que as expectativas dos movimentos populares do campo e dos trabalhadores rurais no que tange os avanços na reforma agrária, não foram correspondidas (MESSIAS, 2017).

**Gráfico 10 - Conflitos por terra nos diferentes governos**

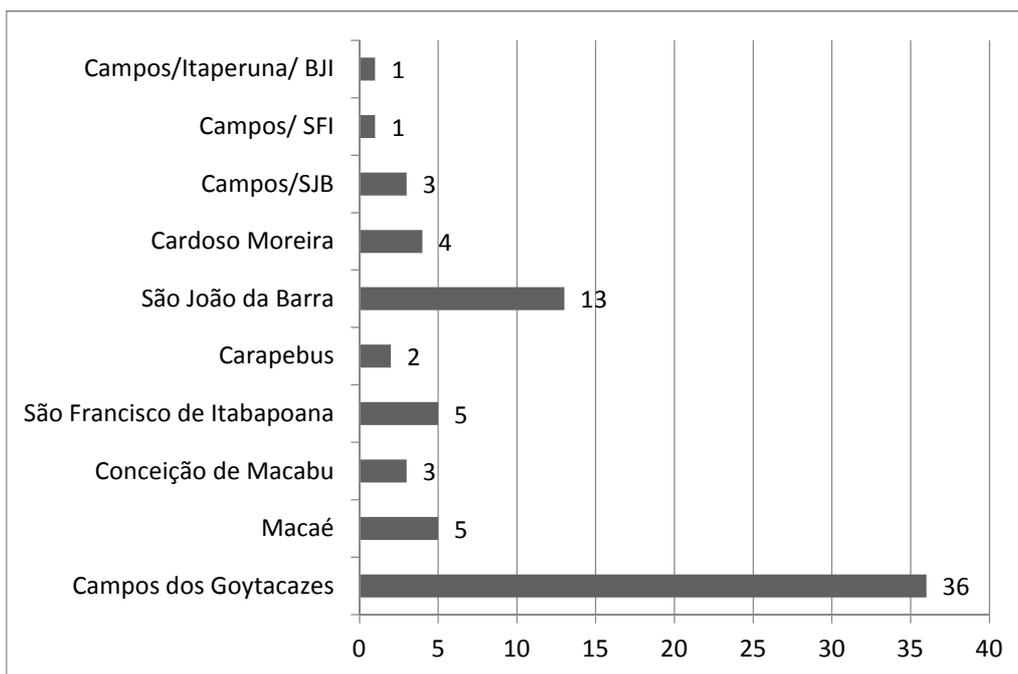


Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

Engelmann e Gil (2012, p.6) afirmam que “a proposta de reforma agrária do PT substituiu a democratização fundiária, de enfrentamento ao latifúndio, por um programa de criação de assentamentos, restrito a áreas improdutivas ou ilegais e a reestruturação de assentamentos antigos”, ou seja, não temos a implantação de uma reforma agrária com a finalidade de transformar a estrutura fundiária da terra.

Objetivando retratar a conflitividade no Norte Fluminense, buscamos dentre os conflitos por terra, destacar os municípios de origem dos conflitos, a fim de verificar quais municípios apresentam maior índice de conflitividade. Dessa forma, analisando o Gráfico 11, foi possível constatar que Campos dos Goytacazes apresenta 49% de ocorrência de conflitos por terra, ou seja, é o município com maior índice de conflitividade do Norte Fluminense, seguido de São João da Barra com 18%.

**Gráfico 11 - Número de Conflitos por Terra no Norte Fluminense (1996 a 2017)**



Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

Cabe destacar que o município de Campos dos Goytacazes teve como base produtiva no século XVI a atividade canavieira, com instalações de pequenos engenhos que foram sendo modernizados ao longo dos anos, até existirem as grandes usinas. Assim, podemos afirmar que Campos dos

Goytacazes teve sua economia pautada na monocultura da cana-de-açúcar até a década de 1990. Além disso, o referido município é “historicamente caracterizado por ter uma das mais altas concentrações de terras agricultáveis, na posse de um pequeno número de proprietários”, além de apresentar “índices de produtividade muito baixos, em relação aos valores de todo o país” (JÚNIOR E GOMES, 2015, p.42).

Entre os conflitos por terra, temos o registro das ocupações e acampamentos. Para Junior (2017, p.9)

as ocupações/retomadas e acampamentos são as estratégias mais radicais e contundentes das ações e manifestações políticas das populações indígenas, quilombolas e dos movimentos sociais no campo. São ações de luta que ocupam o espaço do inimigo, rompem as cercas e reclamam ao Estado a desapropriação de terras, ferindo os preceitos econômicos e culturais dos ruralistas a respeito da considerada inabalável propriedade privada da terra. Essas ações, geralmente são contestadas com violência pelos ruralistas e Estado.

De acordo com Fernandes (2010, p.512), a “ocupação é uma reação ao processo de exclusão”, é “desdobramento como forma de resistência dos trabalhadores sem-terra”. Para o referido autor, “a ocupação tornou-se uma importante forma de acesso à terra”, assim “ocupar latifúndios tem sido a principal ação da luta pela terra. Por meio das ocupações, os sem-terra espacializam a luta, conquistando a terra e territorializando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST.” (2001, p.1).

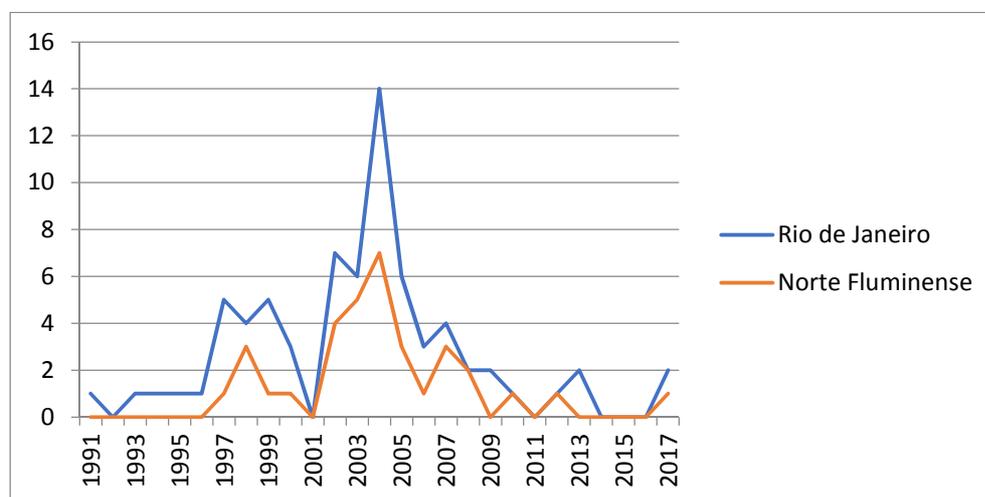
Pedon (2009, p.180) afirma que

as ocupações são vistas pela mídia conservadora e pelos grupos hegemônicos da sociedade capitalista, como uma afronta à ordem. Por isso, muitas vezes, os ocupantes são chamados de desordeiros. Ao irromper a ordem dada, os movimentos socioterritoriais criam uma circunstância em que a natureza conflituosa da sociedade torna-se visível, e o caráter funcional da propriedade privada ao capitalismo é colocado em questão.

Em relação às ocupações no Rio de Janeiro, os dados apresentados no Gráfico 12 nos mostram que 47% (34 ocupações) ocorreram no Norte Fluminense, ou seja, é no Norte Fluminense que ocorreram quase metade das ocupações realizadas no Rio de Janeiro (70 ocupações), no período de 1991 a 2017. É importante esclarecer que não foi possível identificar o total de área

conflitiva, visto que não consta a sistematização desse dado no levantamento da CPT.

**Gráfico 12 - Ocupações (1991 - 2017)**



Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

No período correspondente a primeira gestão de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998) houve uma “ampla política de assentamentos rurais para atender parcialmente as reivindicações dos movimentos camponeses que ocupavam terras em quase todo o país, principalmente o MST”, dessa forma, “o governo FHC acreditava que com o assentamento das famílias acampadas resolveria o problema fundiário. Todavia, o número de ocupações crescia na mesma proporção que o número de assentamentos” (FERNANDES, 2013, p. 114-115).

Podemos observar no gráfico 6 que ocorreram 11 ocupações no Rio de Janeiro e, também, o aumento no número das ocupações realizadas no Norte Fluminense (4 ocupações) no período retratado. Além disso, temos na base de dados Data Luta<sup>9</sup> o registro, no período de 1997 a 1999, de 6 assentamentos no Rio de Janeiro, totalizando uma área conflitiva de aproximadamente 17.448 hectares. Destes assentamentos, 3 ocorreram na região Norte Fluminense, com área conflitiva correspondente a aproximadamente 10.887 hectares. Ou seja, o número de ocupações foi superior ao número de assentamentos criados.

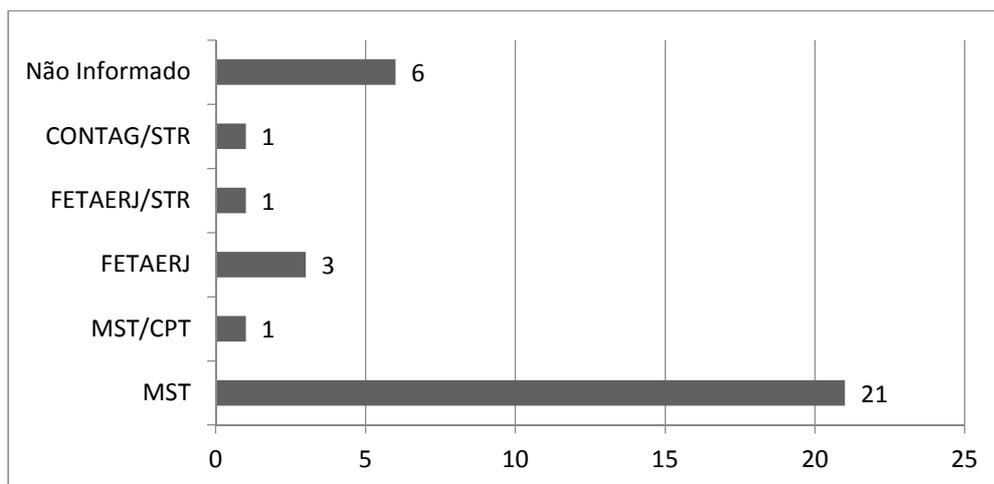
<sup>9</sup> DATALUTA - ASSENTAMENTOS DE REFORMA AGRÁRIA - RA - DATA BASE INCRA 31/12/2014 (ATUALIZADO PELO DATALUTA EM 25/09/2015)

Posteriormente, devido a continuidade da ocorrência de ocupações, FHC em sua segunda gestão (1999-2002) criou medidas provisórias que tinham como objetivo criminalizar as ocupações, assim,

com essas medidas, as terras ocupadas não seriam desapropriadas e as famílias ocupantes não seriam assentadas. Essa ação diminuiu o número de ocupações e também o número de assentamentos, porque sem a pressão de ocupações de terras, o governo diminuiu a criação de novos assentamentos. As ocupações de terra voltaram a aumentar em 2003, com a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva para a presidência da República. (FERNANDES et al, 2013, p. 115)

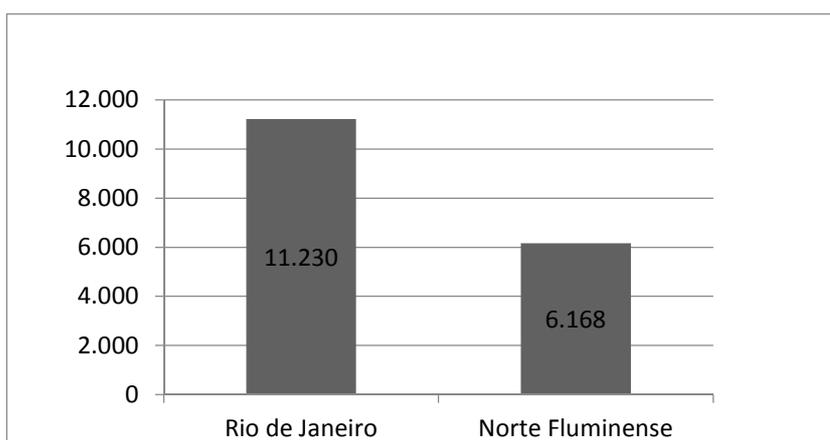
Nesse período, temos a realização de 15 ocupações no Rio de Janeiro, com 6 destes ocorridos no Norte Fluminense. Em relação aos assentamentos, há a informação no banco de dados DataLuta (2014) da criação de apenas 2 assentamentos (1.385 hectares) no Rio de Janeiro, sendo 1 deles no Norte Fluminense (617 hectares).

É necessário enfatizar que entre as ocupações realizadas no Norte Fluminense, aproximadamente 51% encontram-se no município de Campos dos Goytacazes. Segundo Junior e Gomes (2015, p.44), é no processo de falência de diversas usinas que o MST encontra possibilidade de se territorializar em Campos dos Goytacazes, visto que de “um lado as usinas deixavam de contribuir para a economia do Município, de outro o MST reunia famílias para impedir que a função social da terra fosse abandonada”. Tal afirmativa pode ser confirmada quando observamos quem seriam os responsáveis pela organização das ocupações, tendo grande percentual de atuação do MST, conforme sinaliza o Gráfico 13.

**Gráfico 13 - Organização da Ocupação**

Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

Dessa forma, é viável considerar que o fato das ocupações ocorrerem com mais intensidade ao longo dos anos, pode significar uma maior articulação e territorialização de movimentos sociais, como o MST, bem como uma forma de pressionar as instâncias governamentais a modificar a estrutura fundiária existente na região Norte Fluminense. Além disso, temos no Norte Fluminense aproximadamente 55% das famílias envolvidas nas ocupações do Rio de Janeiro, conforme demonstrado no Gráfico 14.

**Gráfico 14 - Número de famílias - Ocupações**

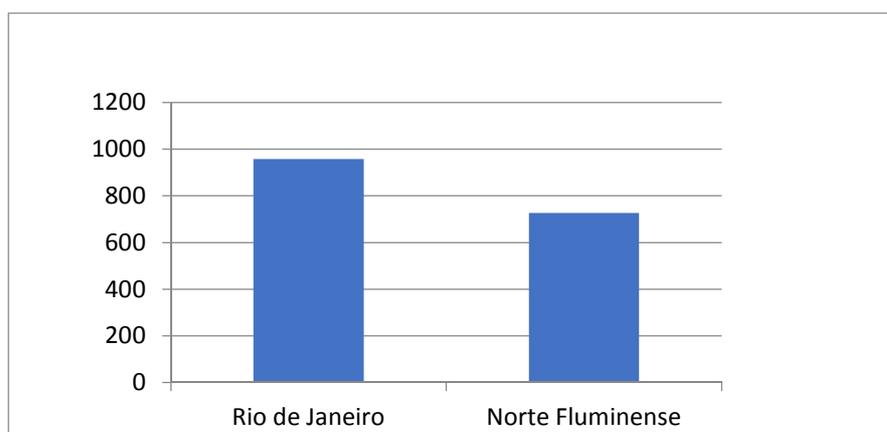
Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

Enquanto

reflexo da ocupação, temos os acampamentos que representam uma etapa do processo de territorialização da luta/resistência. É, além de uma forma de pressão, que seria o sentido mais óbvio de um acampamento, uma experiência de aprendizado importante e um espaço de interação. (PEDON, 2009, p.178).

Os dados referentes aos acampamentos no Rio de Janeiro, registram que 50% (2 acampamentos) ocorreram no Norte Fluminense, conforme explicitado nos Gráfico 15, apresentando o maior número de famílias envolvidas (76%).

**Gráfico 15 - Número de famílias - Acampamentos**



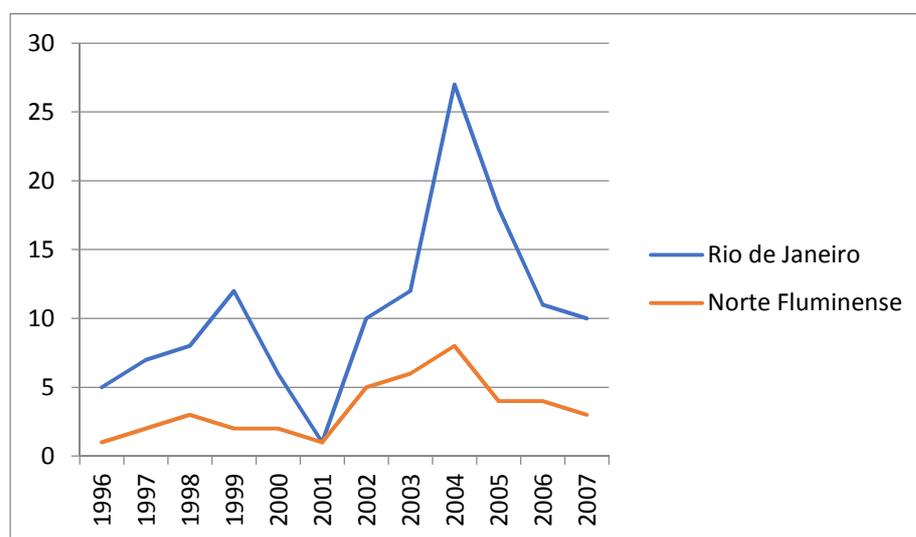
Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2017.

Fernandes (2001, p.3) afirma que os acampamentos são “procedimentos de resistência desenvolvidos na trajetória da luta” e que estas configuram uma espacialização das contínuas lutas pelo acesso a terra. O referido autor destaca que os acampamentos podem ter caráter permanente, ou ser determinado a um grupo familiar. Assim, “acampar é determinar um lugar e um momento transitório para transformar a realidade. Quando os sem-terra tomam a decisão de acampar, estão desafiando o modelo político que os exclui da condição de cidadãos”. (FERNANDES, 2000, p. 55). No Norte Fluminense, os acampamentos ocorreram – bem como as ocupações – com apoio de organizações como MST, Federação dos Trabalhadores em Agricultura do Rio de Janeiro - Fetag/RJ e Fetaerj.

## Um retrato, 11 anos de lutas: a espacialização dos conflitos de 1996 a 2007 no Norte Fluminense.

Diante o exposto, constatamos que o Norte Fluminense tem grande índice conflitivo, com destaque para o município de Campos dos Goytacazes. Buscando melhor corroborar essa assertiva, optamos por utilizar escala temporal em que houvesse algumas informações sobre o conflito que seriam pertinentes a esse trabalho, como: número de famílias envolvidas no conflito (protagonistas) e a área conflitiva (espacialização). Assim, utilizamos dados referentes ao período de 1996 a 2007<sup>10</sup>, para que possamos visualizar a escala espacial dos conflitos por terra. Notamos a priori que no intervalo de 11 anos, 24% (41 conflitos) dos conflitos por terra registrados ocorreram no Norte Fluminense (Gráfico 16).

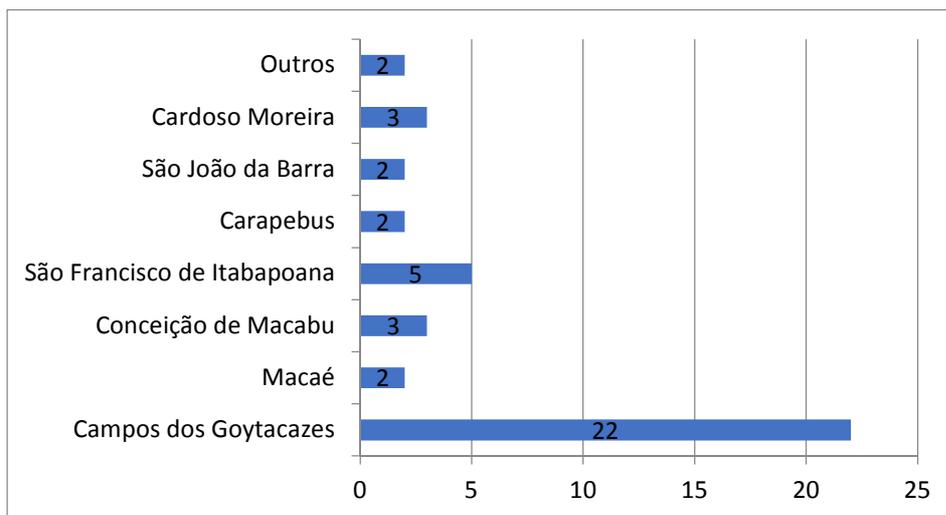
**Gráfico 16 - Conflitos por terra 1996-2007**



Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2007.

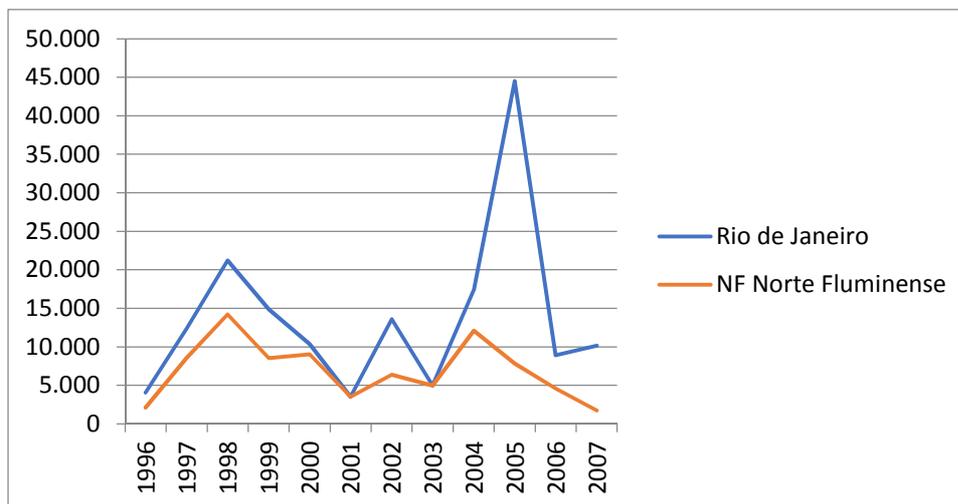
Entre esses conflitos destacamos no Gráfico 17 o *número de ocorrências em cada município*, variável por meio da qual foi possível observar que o maior quantitativo de conflitos ocorreu em Campos dos Goytacazes.

<sup>10</sup> A escolha desse recorte temporal é justificado por ser o período sequencial em que temos o registro de área conflitiva.

**Gráfico 17 - Número de Conflitos por Terra no Norte Fluminense (1996 a 2007)**

Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2007.

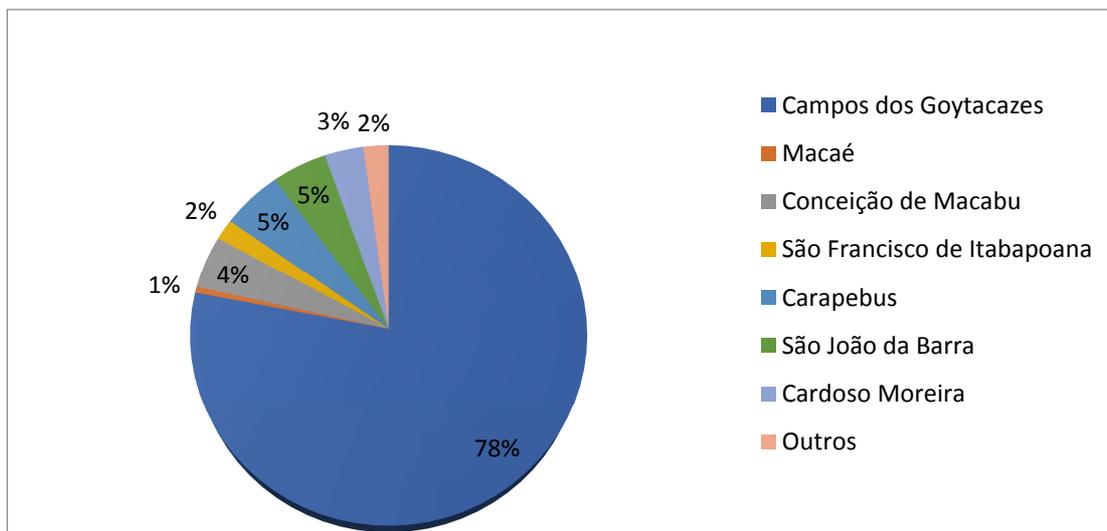
Além disso, ao sistematizarmos a área conflitiva desse período, identificamos, conforme Gráfico 18, que 33% da área conflitiva do Rio de Janeiro, encontra-se no Norte Fluminense.

**Gráfico 18 - Área conflitiva (1997 a 2007)**

Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2007.

Quando analisamos os dados referente a área conflitiva do Norte Fluminense, como demonstrado no Gráfico 19, podemos notar que 78% estão no município de Campos dos Goytacazes.

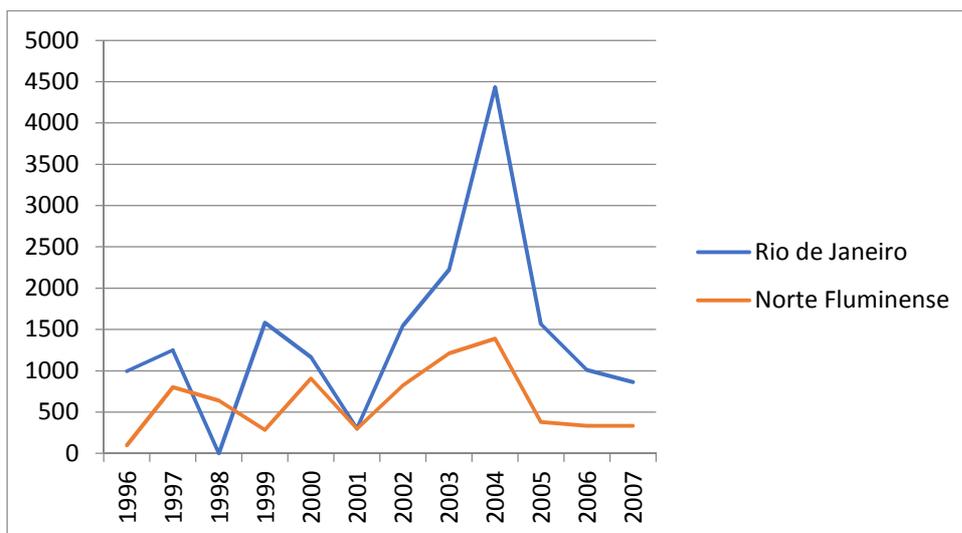
**Gráfico 19 - Área Conflitiva Norte Fluminense (1996-2007)**



Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2007.

Assim, é possível aferir que o Norte Fluminense possui grande expressividade no que tange a ocorrência de conflitos por terra, sendo o município de Campos dos Goytacazes aquele que possui maior área conflitiva e ocorrência de conflitos, conforme já havíamos analisado na seção anterior.

O Gráfico 20 apresenta dados relacionados ao protagonismo do conflito, em que temos o número de famílias envolvidas nos conflitos por terra, em que, 31% encontram-se em conflitos no Norte Fluminense. Cabe destacar que no ano de 1998, não há informação sobre o quantitativo total de famílias envolvidas em conflitos no Rio de Janeiro, apenas há o registro de 640 famílias envolvidas em três conflitos no município de Campos dos Goytacazes, apresentando uma área conflitiva de 14.226 hectares.

**Gráfico 20 - Número de famílias envolvidas em conflito por terra (1996 - 2007)**

Fonte: Caderno de Conflitos 1996-2007.

Podemos afirmar que o Norte Fluminense possui grande área conflitiva, onde são expressos os contínuos conflitos que objetivam uma reforma da estrutura fundiária na região articulando suas lutas com as demais escalas espaciais. Sabemos que essa transformação possui grandes desafios e só é possível por meio da articulação de movimentos, como o MST, sindicatos e organizações como a CPT, que sistematizam, discutem, dão visibilidade, e lutam e denunciam os diversos tipos de violência que sofrem aqueles que nadam contra a corrente da Reforma Agrária do Mercado, e que resistem contra uma estrutura fundiária que nega o acesso à terra e amplia as desigualdades sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conflitos sócio-espaciais nos permitem verificar elementos estruturais e conjunturais da formação territorial brasileira. Com esse trabalho, pudemos verificar que a conflitividade no Norte Fluminense sinaliza a permanência de uma estrutura fundiária baseada na propriedade privada, a utilização de trabalho escravo e superexploração de trabalhadores e as diversas formas de violência.

No que tange o Norte Fluminense, foi possível identificar grande conflitividade, principalmente no município de Campos dos Goytacazes, que é palco principalmente de conflitos por terra e trabalhistas.

Dessa forma, os conflitos representam a luta e resistência de protagonistas que possuem um objetivo em comum: questionar o modelo capitalista de produção, que tudo acumula e transforma em mercadoria, inclusive a vida.

Observamos que em quase 25 anos, ao longo dos governos FHC, Lula e Dilma, não houve efetivamente uma transformação da realidade fundiária brasileira. Porém, é por meio dos conflitos que o Estado é obrigado a se posicionar, seja por meio de concessões, medidas assistencialistas, mais violência ou criminalização dos movimentos sociais etc., sem que o cerne da questão agrária seja modificado.

É importante destacar a importância dos movimentos sociais e organizações de trabalhadores e da sociedade civil, como MST, sindicatos e a CPT, visto que estes se mobilizam na solidariedade, apoio, visibilidade e, muitas vezes, garantia do processo de luta. No caso da CPT, sua trajetória de aguerrida sistematização dos conflitos, auxilia no processo de pressionar o Estado para que a Reforma Agrária seja posta em pauta efetivamente.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Mauricio de Almeida. Um quebra-cabeça (quase) resolvido: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – Séculos XVI E XVII. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona: Vol. X, núm. 218 (32), 1 de agosto de 2006. Disponível em: <[http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos\\_do\\_RJ\\_sec\\_XVI\\_XVII.pdf](http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Engenhos_do_RJ_sec_XVI_XVII.pdf)>. Acesso em 10 de maio de 2018.

BELO, Diego Carvalhar. O processo de formação dos acampamentos e seus impactos no desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária na região Norte Fluminense. 122p. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – UENF Campos dos Goytacazes/RJ, 2012. Disponível em: <<http://www.mstemdados.org/sites/default/files/disserta%C3%A7%C3%A3o%20diego.pdf>>. Acesso em 17 de abril de 2018.

BOFF, Leonardo. Conflitos no campo, suas causas e suas possíveis saídas. In: Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2017.

COSME, Claudemir Martins. Crítica à transformação capitalista da água em mercadoria: águas para a vida, não para a morte. In: Conflitos no Campo Brasil 2016. Goiânia: CPT/Expressão Popular, 2017.

ENGELMANN, Solange I.; GIL, Aldo Duran. A questão agrária no Brasil: a política agrária do governo Lula e a relação com o MST. Revista Eletrônica do CEMOP - Nº 02, 2012. Disponível em: <[http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange\\_e\\_aldo\\_duran.pdf](http://www.memoriaoperaria.org.br/revistaeletronica/solange_e_aldo_duran.pdf)>. Acesso em 10 de março de 2017.

FERNANDES, Bernardo Mançano et al. Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano. Construindo um estilo de pensamento na questão agrária : o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Tese (livre-docência) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente : [s.n], 2013 v.1-2, p. 67-152. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Construindo%20um%20estilo%20de%20pensamento%20na%20quest%C3%A3o%20agr%C3%A1ria%20-%20o%20debate%20paradigm%C3%A1tico%20e%20o%20conhecimento%20geogr%C3%A1fico,%20Vol%202%20-%20Bernardo%20Fernandes%20Man%C3%A7ano.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2017.

\_\_\_\_\_. Questão Agrária: Conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: SPOSITO, Eliseu Savério; NETO, João Lima Sant'Anna (org.). Uma Geografia em Movimento. Editora Expressão Popular. SP, 2010.

\_\_\_\_\_. 20 anos do MST e a perspectiva de reforma agrária no governo Lula. In: Ariovaldo Umbelino de Oliveira e Marta Inêz Marques. (Org.). O Campo no Século XXI. São Paulo. Editora Casa Amarela: Editora Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. A ocupação como forma de acesso à terra. Trabalho organizado para apresentação XXIII Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos Washington – DC, SP: 6 a 8 de setembro de 2001. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes\\_ocupacao.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/fernandes_ocupacao.pdf)>. Acesso em 01 de junho de 2018.

\_\_\_\_\_. A formação do MST no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/A%20forma%C3%A7%C3%A3o%20do%20MST%20no%20Brasil%20-%20Bernardo%20Man%C3%A7ano%20Fernandes.pdf>>. Acesso em 10 de março de 2018.

FILHO, José Sobreiro. Instrumentos teóricos para analisar os movimentos socioespaciais e a perspectiva geográfica: conflitualidade, contentious politics; terrains of resistance, socio-spatial positionality e convergence spaces1 REVISTA NERA – ANO 20, Nº. 39 – Dossiê 2017. Disponível em: < <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4946/3980>>. Acesso em: 10 de abril de 2018.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira. 2008. 347 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/105064>>. Acesso em 15 de novembro de 2017.

JÚNIOR, Edmar de Souza Felipe; GOMES, Paulo Junior. MST e os desafios da reforma agrária em Campos dos Goytacazes: um estudo de caso no assentamento Che Guevara. Monografia (Licenciatura em Geografia). Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense. Campus Campos Centro. Campos dos Goytacazes (RJ), 2015. Disponível em: < <http://bd.centro.iff.edu.br/bitstream/123456789/1061/1/MST%20E%20OS%20DESAFIOS%20DA%20REFORMA%20AGR%C3%81RIA%20EM%20CAMPOS%20DOS%20GOYTACAZES.pdf>>. Acesso em: 10 de maio de 2018.

JUNIOR, Marco Antonio Mitidiero. Violência no campo brasileiro em tempos de golpe. Boletim DATALUTA n. 114 – Artigo do mês: junho de 2017. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes\\_2017.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/6artigodomes_2017.pdf)>. Acesso em 10 de junho de 2018.

MARTIN, Jean Yves. Uma Geografia da nova radicalidade popular: algumas reflexões a partir do caso do MST. Terra Livre São Paulo Ano 18, n. 19 p. 11-36 jul./dez. 2002. Disponível em: < [www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/156/144](http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/download/156/144)>. Acesso em 08 de abril de 2018.

MESSIAS, Fernanda Targa. A consolidação do agronegócio como política agrária nos governos Lula e Dilma e sua representação por meio das charges de Carlos Latuff. 100 fls. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Centro de Educação, Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2017. Disponível em: < <http://www.uel.br/pos/mestrado/comunicacao/wp-content/uploads/A-consolida%C3%A7%C3%A3o-do-agroneg%C3%B3cio-como-pol%C3%ADtica-agr%C3%A1ria-nos-governos-Lula-e-Dilma-e-sua-representa%C3%A7%C3%A3o-por-meio-das-charges-de-Carlos-Latuff-FERNANDA-TARGA-MESSIAS.pdf> >. Acesso em 25 de maio de 2018.

PLASSAT, Xavier. 2017: Pode o Brasil permanecer referência no combate ao trabalho escravo? In: Comissão Pastoral da terra - Massacres no Campo. Disponível em: <<https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/trabalho-escravo/3554-2017-pode-o-brasil-permanecer-referencia-no-combate-ao-trabalho-escravo>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

PEDON, Nelson Rodrigo. Movimentos socioterritoriais: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 240p. Tese (doutorado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia .Presidente Prudente : [s.n], 2009. Disponível em: < [http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese\\_pedon.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf) >. Acesso em 22 de maio de 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. Em publicação: Los desafios de las emancipaciones em um contexto militarizado. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Argentina, 2006. P.151-197. Disponível em: < <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101019090853/6Goncalves.pdf> >. Acesso em 10 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. En publicación: Movimientos sociales y conflictos en América Latina. José Seoane. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires, Argentina. Programa OSAL. 2003. 288 p. Disponível em: < <http://seer.ufms.br/index.php/RevAGB/article/view/1344> >. Acesso em 09 de maio de 2018.

\_\_\_\_\_. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, A. E.; SADER, E. (Orgs.). La guerra infinita: hegemonía y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002. Disponível em: < <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf> >. Acesso em 03 de maio de 2018.

RAMOS, Tatiana Tramontani. Breves considerações teóricas acerca da espacialidade dos ativismos sociais urbanos. In: XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís/ MA - 24 a 30 de junho de 2016. Disponível em: < [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467929021\\_ARQUIVO\\_ENG\\_2016\\_completo.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1467929021_ARQUIVO_ENG_2016_completo.pdf) >. Acesso em 05 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. A geografia dos conflitos sociais da América Latina e Caribe. Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y El Caribe. Programa Regional de Becas CLACSO. 2003. Disponível em: <  
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/tramon.pdf>>. Acesso em 05 de março de 2017.

RODRIGUES, Glauco. Geografia histórica e ativismos sociais. Revista GeoTextos, vol. 11, n. 1, julho 2015. p. 241-268. Disponível em: <  
<https://portalseer.ufba.br/index.php/geotextos/article/viewFile/12147/9734>>. Acesso em 05 de março de 2017.

ROSSINI, Rosa Ester. A produção do novo espaço rural: pressupostos gerais para a compreensão dos conflitos sociais no campo. Campo-Território: revista de geografia agrária, v. 4, n. 8, p. 5-28, ago. 2009. Disponível em: <  
<http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11953>>. Acesso em 10 de junho de 2018.

SANTOS, Milton,. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. 4. ed. 2. reimpr. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006. - (Coleção Milton Santos; 1).

SOUZA, Marcelo Lopes de. O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. RGB Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 51, n. 2, p. 1 a 180, abr /jun. 1989. Disponível em: <  
[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg\\_1989\\_v51\\_n2.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/115/rbg_1989_v51_n2.pdf)>. Acesso em 09 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. EM TORNO DE UM HÍFEN. Revista Formação, n.15 volume1 – p.159-161, 2008. Disponível em: <  
<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/issue/view/70>>. Acesso em 15 de março de 2017.

\_\_\_\_\_. A Prisão e a Ágora: reflexões em torno da democratização do planejamento e da gestão das cidades. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2006.

ROCHA, Graziella; BRANDÃO, André. Trabalho escravo contemporâneo no Brasil na perspectiva da atuação dos movimentos sociais. R. Katál., Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 196-204, jul./dez. 2013. Disponível em: <  
<http://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/05.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2018.